



TCC/UNICAMP
Am68b
1290003773/IE



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ECONOMIA



**Bancos estrangeiros varejistas no Brasil: padrão
de atuação e impactos causados pela entrada no
sistema bancário nacional.**

Projeto de Monografia

Paulo Roberto Piccina Amora

Orientador: Professor Doutor Marcos Antonio Macedo Cintra

TCC/UNICAMP
Am68b
1290003773/IE

CEDOC/IE/UNICAMP

Índice:

I-) Resumo.....	3
II-) Seção I - Transformações causadas pela entrada dos bancos estrangeiros varejistas e padrão de concorrência vigente no sistema bancário nacional.....	4
III-) Seção II - O padrão de atuação dos bancos estrangeiros varejistas que operam no Brasil e os fatores que determinam tal padrão.....	23
IV-) Considerações finais.....	42
V-) Anexo estatístico.....	43
VI-) Referências bibliográficas.....	46

Resumo:

A presente monografia tem como foco o estudo dos bancos varejistas estrangeiros que operam no Brasil. A pesquisa procurará compreender não só os impactos e mudanças causadas pela entrada dessas instituições no sistema financeiro nacional, mas, principalmente, investigar por que o comportamento de tais instituições tende a ser distinto no espaço territorial brasileiro.

Na seção I, apresentaremos as transformações e as mudanças causadas pela entrada dos bancos estrangeiros varejistas no sistema financeiro nacional. Tais transformações serão analisadas levando-se em conta as operações de fusão/aquisição realizadas no setor bancário nacional, a participação das instituições bancárias estrangeiras no total de ativos, depósitos, operações de crédito, patrimônio líquido e captações externas do setor, e o padrão de concorrência que se instaura após o estabelecimento das referidas instituições no sistema financeiro nacional. Já na seção II, procuraremos retratar a diferença do padrão de atuação, quando comparado ao desempenhado nos países de origem, das instituições bancárias estrangeiras que operam na economia brasileira. Para isso, serão analisados os *spreads* e a composição das carteiras de crédito, incluindo seus respectivos prazos, das matrizes e filiais dos principais bancos estrangeiros que operam no Brasil, vale dizer, ABN AMRO, HSBC e Santander. Ademais, a seção também procurará desenvolver algumas hipóteses que caminham no sentido de explicar tal diferença.

Palavras-chave: concorrência bancária, padrão de atuação, bancos estrangeiros varejistas, *spread* bancário, sistema financeiro nacional.

I - Transformações causadas pela entrada dos bancos estrangeiros varejistas e padrão de concorrência vigente no sistema bancário nacional

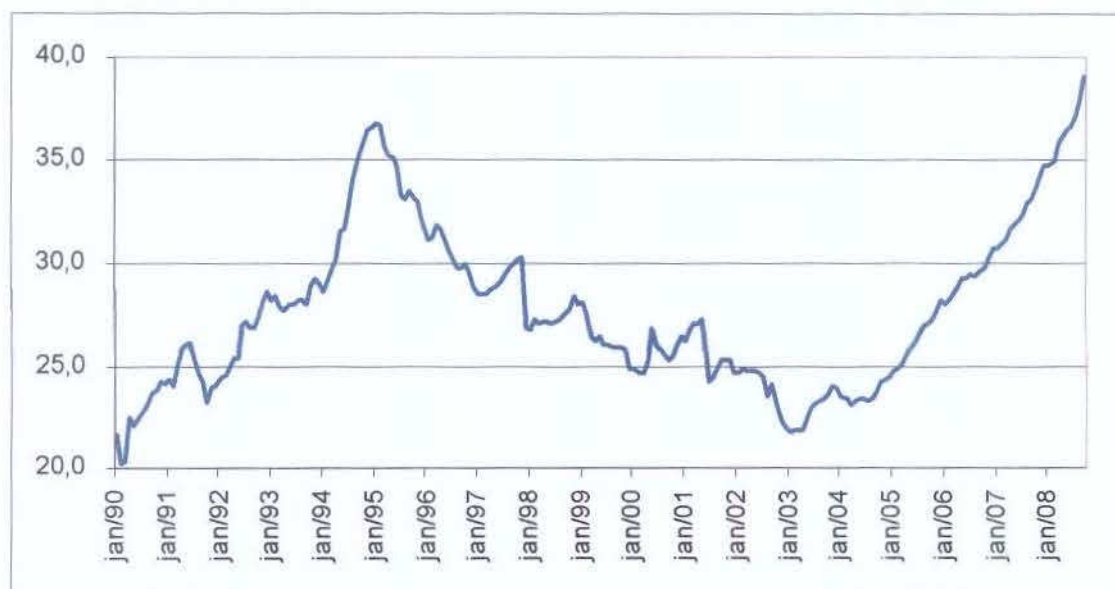
O Plano Real iniciou um período de grandes transformações no sistema bancário nacional. O estado de confiança negativo relacionado à alta inflação deu lugar a perspectivas de estabilidade e novas expectativas de rentabilidade, ocasionando uma mudança nas estratégias de concorrência das instituições pertencentes ao sistema bancário nacional.

Os bancos deixaram de ter acesso às receitas provenientes da inflação e passaram a promover políticas de expansão do crédito. Essa expansão foi estimulada pelo aumento da demanda de crédito para consumo, em função das expectativas de estabilidade de preços e alongamento dos prazos. Esse crédito para o consumo direcionou-se, sobretudo, aos bens duráveis, o que, por sua vez, estimulou a tomada de empréstimos por parte dos setores industrial e comercial.

Diante desse cenário de expansão do crédito (ver Gráfico 1), o governo procurou conter as pressões inflacionárias provenientes do crescimento da demanda mediante a elevação das taxas de juros e dos depósitos compulsórios. No entanto, como aponta Freitas (2000), inicialmente a subida das taxas de juros e o encarecimento do crédito não levaram à redução da demanda e da oferta de empréstimos devido às expectativas favoráveis dos agentes em relação à estabilidade da taxa de câmbio e dos preços.

Posteriormente, com o aumento da inadimplência, ocasionada pela ilusão monetária dos agentes, os bancos tornaram-se mais seletivos no que se refere à concessão de crédito, encarecendo o preço dos empréstimos e dificultando o refinanciamento dos devedores não-financeiros e financeiros. Esse aumento da inadimplência levou as instituições bancárias a privilegiar as operações com títulos da dívida pública em detrimento das operações de crédito, o que pode ser visto pela redução da relação crédito/PIB após janeiro de 1995 (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Operações de crédito do sistema financeiro nacional em relação ao PIB



Fonte: Banco Central do Brasil

Tais fatos geraram uma série de problemas e dificuldades para algumas instituições bancárias. Segundo Vidotto (2005), as instituições bancárias de pequeno porte foram fragilizadas porque não conseguiram se adequar ao fim das receitas inflacionárias. O autor aponta ainda que algumas instituições bancárias de grande porte, como foi o caso do Bamerindus, Nacional e Econômico, teriam adentrado essa etapa de transformação do sistema bancário nacional com uma situação patrimonial deteriorada. De acordo com o autor, o Plano Cruzado promoveu um acirramento do processo concorrencial dentro do oligopólio bancário, fazendo com que seus integrantes procurassem aumentar o grau de diferenciação interna, intensificando as inovações tecnológicas para aumentar a escala das operações. Tal fato aumentou o risco e a escala dos investimentos em modernização, o que fez com que os bancos menores e/ou menos eficientes, para que se mantivessem próximos aos maiores bancos, se expusessem e se fragilizassem ainda mais adotando medidas mais agressivas no que se refere, por exemplo, à expansão creditícia e à diversificação patrimonial.

Diante desses acontecimentos e para evitar uma crise sistêmica, o governo lançou uma série de medidas. Foi criado o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer) por meio da Medida Provisória no. 1.179 de, 3 de novembro de 1995. A Resolução do CMN no. 2.208, de mesma data,

aumentou o capital mínimo para a abertura de novos bancos (Resolução no. 2.212 do CMN, de 16 de novembro de 1995). Foi regulamentado o Fundo Garantidor de Créditos (Resolução do CMN no. 2.211, de 16 de novembro de 1995). Foram ainda ampliados os mecanismos de intervenção do Banco Central em instituições com problemas de iliquidez e insolvência mediante a Medida Provisória no. 1.182/95 (depois Lei no. 9.447, de 14 de março de 1997). Tal medida consolidou o arcabouço jurídico do Proer em aspectos como a extensão da responsabilidade pelos eventuais prejuízos aos controladores, o afastamento cautelar dos indiciados e a faculdade de realização de alterações patrimoniais (reorganização mediante fusão e aquisição, cisão, transferência de controle etc.) por parte do Banco Central.

Além disso, outras medidas foram tomadas, como a implementação das normas e regulamentos previstos no Acordo da Basileia I e o estímulo à entrada de instituições estrangeiras no sistema bancário nacional. De acordo com a Resolução do CMN no. 2.099 de 26 de agosto de 1994, passou a ser exigido um índice de Basileia (capital sobre ativos ponderados pelos riscos) de 8%, o qual foi posteriormente aumentado para 11% mediante a Resolução do CMN no. 2.399 de 25 de junho de 1997. Vale dizer ainda que um sistema de classificação das exposições de crédito foi introduzido mediante a Resolução do CMN no. 2.682, de 21 de novembro de 1999. Nesse sistema cada um dos nove níveis de exposições estaria associado a um percentual de provisão. Acerca do estímulo à entrada de instituições estrangeiras no setor bancário nacional tem-se que o ingresso de bancos estrangeiros no Brasil estava vetado pelo Artigo 192 da Constituição Federal de 1988. No entanto, como aponta Cintra (2006), “o Executivo passou a utilizar brechas da legislação (Artigo 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) para reconhecer como de interesse do governo brasileiro o aumento da participação estrangeira no capital de instituições financeiras específicas”.

Cabe ressaltar também, antes de avançarmos em nossa argumentação, que tanto os bancos estaduais quanto os federais foram reestruturados. O Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (Proes) foi instituído mediante a Circular no. 2.742 de 1997 do Banco Central e definiu quais as instituições financeiras, que estavam sob o controle dos Estados, que poderiam solicitar não só apoio financeiro bem como as condições de acesso aos recursos. Já os bancos federais foram reestruturados por meio do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, instituído mediante Medida Provisória no. 2.196 de 28 de junho

de 2001. Esse programa tinha como objetivo adequar os bancos públicos à uma regulamentação semelhante a dos bancos privados.

Foi, portanto, nesse contexto que se iniciou a entrada das instituições bancárias estrangeiras no Brasil. Tais instituições entraram no mercado bancário doméstico pelo segmento em que os bancos apresentavam dificuldades financeiras. No entanto, vale ressaltar, como bem o faz Freitas (2007), que a reestruturação do sistema financeiro e a entrada das instituições estrangeiras no mercado doméstico não se deu exclusivamente pelas dificuldades financeiras. Freitas (2007) atenta para o fato de que “é preciso não esquecer que os bancos são instituições ativas que definem suas estratégias de ação com o propósito de ampliar suas vantagens em relação aos concorrentes” (Freitas 2007, p. 19). A autora coloca que “a abertura ao capital estrangeiro veio ao encontro dos interesses dos bancos internacionais”. Tal fato se comprova pela venda de instituições bancárias nacionais a instituições de capital estrangeiro, como, por exemplo, a venda do Banco Real ao ABN-AMRO.

Nesse movimento é preciso destacar que as instituições bancárias estrangeiras aumentaram a sua participação no sistema financeiro nacional por meio da redução da participação das instituições públicas. A Tabela 1 mostra a participação das instituições bancárias no total de ativos desse segmento. Os bancos públicos, com a queda de participação dos bancos estaduais, respondiam por 50,9% do total de ativos do segmento bancário em dezembro de 1996. Ao final do ano de 2006, a participação dos bancos públicos se encontrava em 36,5%. Os bancos com controle estrangeiro, por sua vez, detinham 10,5% dos ativos do segmento bancário ao final de 1996 e passaram a responder por 26% do total de ativos em dezembro de 2006.

A mesma tendência pode também ser observada no que se refere ao total de depósitos, operações de crédito e patrimônio líquido do setor bancário. A Tabela 2 explicita que os bancos públicos respondiam por 59,2% do total de depósitos do segmento em dezembro de 1996, ao passo que ao final do ano de 2006 os bancos públicos eram responsáveis por 42,7% dos depósitos da área. Já os bancos estrangeiros ampliaram a sua participação de 7,2% para 23,5% no mesmo período. No entanto, vale ressaltar que, mesmo com essa queda, o papel relevante dos bancos públicos no total de depósitos permaneceu, o que pode ser constatado pela parcela que representava no volume de depósitos (42,7%).

No que tange às operações de crédito, a Tabela 3 aponta uma relevante redução da participação dos bancos públicos. Em dezembro de 1996, os bancos públicos

respondiam por 58,1% das operações de crédito do setor, ao passo que no mesmo mês do ano de 2006 eles respondiam por 38,8% das referidas operações. Os bancos estrangeiros, que detinham 9,5% das operações de crédito em dezembro de 1996, passaram a ser responsáveis por 30,9% do volume de crédito ao final de 2006.

Ao observarmos a evolução do patrimônio líquido (Tabela 4) do segmento bancário constatamos o mesmo movimento. Os bancos estrangeiros detinham 11,4% do patrimônio do setor bancário ao final de 1996. Em dezembro de 2006, passaram a deter 21,8% do total do patrimônio do segmento. Já os bancos públicos apresentaram uma queda de participação de 33,1% para 19,9% no mesmo período.

Por fim, a Tabela 5 mostra que os bancos estrangeiros também expandiram a participação no total das captações externas. Em dezembro de 1996 os bancos com controle e participação estrangeira respondiam por cerca de 31,7% do total das captações externas, ao passo que no mesmo mês de 2006 a participação era de 43,4%. Vale ressaltar ainda que os bancos com controle e participação estrangeira expandiram a sua participação no total das captações externas porque, apoiados por suas matrizes, especializaram-se na gestão de recursos com *funding* externo.

Tabela 1 – Participação das instituições no total de ativos do setor bancário

	dez/96	dez/97	dez/98	dez/99	dez/00	dez/01	dez/02	dez/03	dez/04	dez/05	dez/06
Bancos Públicos	50,9	50,1	45,8	43,0	36,6	32,0	34,7	37,2	34,4	32,5	36,5
Estaduais	21,9	19,1	11,4	10,2	5,6	4,3	5,9	5,8	5,5	5,1	5,5
Banco do Brasil	12,5	14,4	17,4	15,8	15,6	16,8	17,1	18,4	17,4	15,4	17,8
Caixa Econômica Federal	16,5	16,6	17,0	17,1	15,4	11,0	11,7	13,0	11,5	12,1	13,2
Bancos Privados Nacionais	38,3	36,8	35,3	33,1	35,2	37,2	36,9	40,8	41,7	43,1	35,5
Bancos com Controle Estrangeiro	10,5	12,8	18,4	23,2	27,4	29,9	27,4	20,7	22,4	22,9	26,0
Cooperativas de Crédito	0,3	0,4	0,5	0,7	0,8	0,9	1,0	1,3	1,4	1,5	1,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Cosif – Banco Central do Brasil

Tabela 2 – Participação das instituições no total de depósitos do setor bancário

	dez/96	dez/97	dez/98	dez/99	dez/00	dez/01	dez/02	dez/03	dez/04	dez/05	dez/06
Bancos Públicos	59,2	59,1	51,2	50,6	43,9	43,2	42,1	42,4	39,3	36,8	42,7
Estaduais	21,5	17,1	13,3	11,5	7,4	7,2	7,4	7,3	6,6	6,0	6,7
Banco do Brasil	14,5	18,0	17,4	19,1	17,1	17,0	17,7	18,6	17,1	16,5	19,7
Caixa Econômica Federal	23,1	24,1	20,5	19,9	19,5	19,1	16,9	16,5	15,6	14,3	16,3
Bancos Privados Nacionais	33,4	32,9	33,1	31,8	33,9	35,3	36,6	38,2	39,4	41,6	32,0
Bancos com Controle Estrangeiro	7,2	7,5	15,1	16,8	21,1	20,1	19,8	17,6	19,9	20,3	23,5
Cooperativas de Crédito	0,3	0,5	0,6	0,8	1,0	1,3	1,5	1,8	1,4	1,4	1,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Cosif - Banco Central do Brasil

Tabela 3 – Participação das instituições no total de operações de crédito da área bancária

	dez/96	dez/97	dez/98	dez/99	dez/00	dez/01	dez/02	dez/03	dez/04	dez/05	dez/06
Bancos Públicos	58,1	52,2	53,2	47,5	39,1	24,8	28,6	32,7	31,3	30,5	38,8
Estaduais	23,5	10,3	8,9	8,1	5,1	3,1	4,8	4,5	4,4	4,1	4,5
Banco do Brasil	10,6	11,0	12,1	10,6	11,0	14,5	16,2	20,4	19,4	18,5	24,4
Caixa Econômica Federal	24,0	30,9	32,3	28,7	23,0	7,1	7,6	7,9	7,5	8,0	9,9
Bancos Privados Nacionais	31,9	35,4	31,0	31,7	34,5	42,1	39,7	41,3	41,3	40,8	27,5
Bancos com Controle Estrangeiro	9,5	11,7	14,9	19,8	25,2	31,5	29,9	23,8	25,1	26,4	30,9
Cooperativas de Crédito	0,5	0,7	0,9	1,1	1,2	1,6	1,8	2,1	2,3	2,3	2,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Cosif – Banco Central do Brasil

Tabela 4 – Participação das instituições no total do patrimônio líquido do setor bancário

	dez/96	dez/97	dez/98	dez/99	dez/00	dez/01	dez/02	dez/03	dez/04	dez/05	dez/06
Bancos Públicos	33,1	32,3	26,8	26,1	19,4	16,1	16,3	16,5	17,5	18,4	19,9
Estaduais	12,4	11,5	11,4	11,1	5,7	3,5	4,6	4,3	4,7	4,7	4,7
Banco do Brasil	11,9	11,8	10,0	9,7	9,9	8,8	7,8	8,3	8,7	9,3	10,5
Caixa Econômica Federal	8,9	9,1	5,4	5,2	3,8	3,9	3,9	3,9	4,1	4,4	4,7
Bancos Privados Nacionais	54,2	51,8	49,8	46,7	50,3	51,1	48,7	53,2	52,9	54,2	55,1
Bancos com Controle Estrangeiro	11,4	14,3	21,9	25,5	28,3	30,7	32,9	28,1	27,1	24,6	21,8
Cooperativas de Crédito	1,3	1,6	1,6	1,8	2,0	2,0	2,2	2,2	2,6	2,9	3,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Cosif – Banco Central do Brasil

Tabela 5 – Participação das instituições no total das captações externas do segmento bancário

	dez/96	dez/97	dez/98	dez/99	dez/00	dez/01	dez/02	dez/03	dez/04	dez/05	dez/06
Bancos nacionais (públicos e privados)	68,2	58,0	53,7	45,2	45,5	50,4	48,3	53,9	52,7	41,5	56,7
Bancos com Controle Estrangeiro	25,1	26,5	27,3	38,9	42,4	37,3	36,0	31,8	27,5	35,8	31,6
Bancos com participação estrangeira	6,6	15,5	19,1	15,8	12,1	12,3	15,7	14,4	19,9	22,6	11,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Cosif – Banco Central do Brasil

Dentre essas instituições, as que apresentaram maior redução foram as estaduais, cuja reestruturação se deu no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (Proes). Esse programa atuou no sentido de estimular não só a privatização dos bancos estaduais, como Banespa, Banerj, Banco do Paraná, Bemge, etc., mas também de federalizar e extinguir algumas instituições estaduais.

A entrada das instituições estrangeiras no sistema bancário nacional desencadeou uma série de ações reativas por parte dos bancos privados nacionais. Esses trataram de modificar suas estratégias, procurando adotar novas tecnologias e desenvolver novos produtos, além de explorar novos mercados. De acordo com Balarin (2003), houve uma ampliação da internacionalização dos três maiores bancos privados nacionais (Bradesco, Itaú e Unibanco), que passaram a ter mais de 20% dos seus ativos no mercado internacional em setembro de 2002. Segundo Barros, Baer, Silva & Cintra (2004), a expansão externa teria como objetivos a ampliação das fontes de captação, a oferta de instrumentos para as empresas exportadoras e a ampliação do espectro de investimento dos principais clientes no exterior.

É interessante notar que o aumento dos investimentos em tecnologia por parte dos bancos passou a funcionar como uma barreira à entrada de novos concorrentes, bem como um impulso à saída de pequenas instituições. De acordo com os dados divulgados pela Febraban (27/05/08), os bancos investiram R\$ 6,2 bilhões em tecnologia de informação durante o ano de 2007. Segundo a instituição, montante investido é cerca de 16% superior ao de 2006. A maior parte desse investimento foi utilizada na compra de *hardware* e *software* de terceiros, ambos consumindo cerca de 30% dos recursos investidos. Outros números que mereceram destaque foram os gastos com infraestrutura de telecomunicações e com desenvolvimento interno de *softwares* que chegaram a R\$ 769 milhões e R\$ 330 milhões, respectivamente. Vale ressaltar também o grande crescimento dos investimentos dos bancos em tecnologia da informação. De acordo com a pesquisa *O setor bancário em números*, divulgada pela Febraban em 2005, o gasto dos bancos com investimentos em tecnologia da informação foi da ordem de R\$ 4,2 bilhões em 2004.

Contudo, a reação dos grandes bancos privados nacionais não se limitou ao exposto acima. Tais instituições, sob a necessidade de defender a sua participação no mercado e evitar a ameaça de uma aquisição por parte de alguma instituição estrangeira, empreenderam um movimento de compra dos bancos estrangeiros que haviam entrado

no sistema financeiro nacional no período anterior. Os bancos Bradesco, Itaú e, em menor grau, o Unibanco adquiriram instituições como o JP Morgan Asset Management, o Bilbao-Vizcaya Argentaria, o American Express, o Bank Boston entre outros (ver Quadro 1). Em 2008, tivemos dois importantes movimentos de defesa e ampliação da participação de mercado. O banco Santander e o banco Itaú adquiriram os bancos ABN-AMRO e o Unibanco, respectivamente. No caso do banco Itaú, a fusão o transformou no maior banco do hemisfério sul.

Quadro 1 – Principais fusões e aquisições feitas pelos maiores bancos privados

Instituição	Instituição comprada	Data
Bradesco	BCN	jun/98
Bradesco	Banco Crédito Real MG	dez/97
Bradesco	Pontual (p/ BCN)	dez/99
Bradesco	Banep	dez/99
Bradesco	Boavista	dez/00
Bradesco	Mercantil de SP	mar/02
Bradesco	Bilbao Vizcaya	jun/03
Itaú	Banerj	dez/96
Itaú	Bemge	dez/98
Itaú	Banestado	dez/00
Itaú	BEG	mar/02
Itaú	BBA Creditanstalt	set/02
Itaú	Unibanco	nov/08
Unibanco	Dibens	jun/98
Unibanco	Credibanco	jun/00
Unibanco	Bandeirantes	dez/00
Unibanco	BNL	jun/04
Santander	Banco Geral do Comércio	dez/97
Santander	Noroeste	dez/97
Santander	Bozano, Simonsen	jun/98
Santander	Meridional	set/00
Santander	Banespa	mar/01
Santander	ABN-AMRO	jul/08
ABN-AMRO	Banco Real	jun/99
ABN-AMRO	Sudameris	dez/03
HSBC	Bamerindus	jun/98
HSBC	Lloyds Bank	mar/04

Nota: Banco do Brasil comprou a Nossa Caixa em novembro de 2008

Fonte: Faria, Paula e Marinho (2007: p. 139) e jornais

Tal processo de acirramento da concorrência, guiado pela manutenção e ampliação do poder de mercado, além da busca por escalas, ocasionou uma elevação do nível de concentração do setor bancário brasileiro. A Tabela 6 mostra que os dez maiores bancos, que detinham 60,1% do total dos ativos da área bancária em 1996, passaram a responder por 73% dos ativos do segmento. Já os vinte maiores bancos

saltaram de uma participação no total de ativos de 72% para 86,4% no mesmo período. A referida concentração do setor pode também ser observada por meio da Tabela 7. O número de bancos caiu de 230 para 155 no período compreendido entre os anos 1996 e 2007. Por esses dados observamos também que os bancos privados nacionais com e sem participação estrangeira e os bancos públicos foram os que apresentaram maior redução. Os primeiros caíram de 157 para 85 bancos no mesmo período. Os segundos, de 32 para 13 bancos.

Tabela 6 – Participação percentual dos 5, 10 e 20 maiores bancos e CEF nos ativos totais do segmento bancário

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
5 maiores	48,7	50,2	50,5	50,7	50,2	47,9	50,7	53,7	53,0	52,6	53,9
10 maiores	60,1	61,3	62,7	62,7	64,1	62,4	64,1	67,2	68,0	68,8	73,0
20 maiores	72,0	75,9	75,4	76,5	78,2	77,3	79,7	81,3	83,2	83,8	86,4

Fonte: Cosif – Banco Central do Brasil

Tabela 7 – Número de bancos por origem de capital

Período	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Número de bancos	230	217	204	194	192	182	167	165	164	161	159	155
Privados nacionais com e sem participação estrangeira	157	141	123	110	105	95	87	88	88	84	85	n.d.
Privados estrangeiros e com controle estrangeiro	41	49	59	65	70	72	65	62	62	63	61	n.d.
Públicos federais e estaduais	32	27	22	19	17	15	15	15	14	14	13	n.d.

Fonte: Banco Central do Brasil

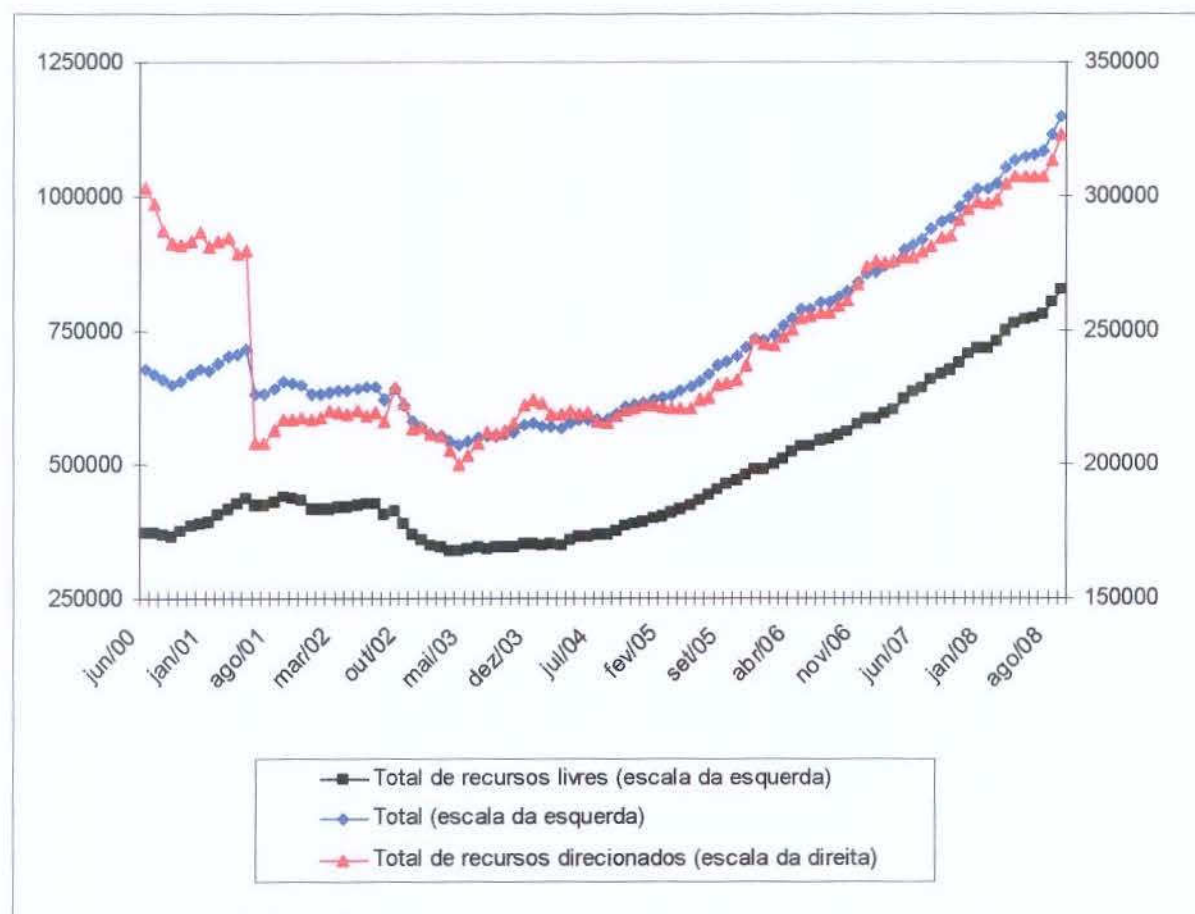
No entanto, a concentração do setor não se traduziu em significativas reduções nos preços dos serviços nem em substanciais elevações da oferta de crédito para o desenvolvimento das forças produtivas (Cintra, 2006). Para o autor, “esse elevado grau de concentração, acentuado pelos movimentos de fusões e aquisições, permite a prática de políticas oligopolísticas de formação de preços e tarifas”.

Dessa forma, como coloca Carvalho (2005), percebe-se que a competição no setor bancário não se dá por meio dos preços dos serviços mas fundamentalmente mediante diferenciação dos produtos. Ademais, os processos de fusões e aquisições executados tanto pelas instituições bancárias nacionais como pelas estrangeiras, contribuíram para acentuar o caráter oligopolístico desse setor, ou seja, as fusões e aquisições acirraram ainda mais a competição via diferenciação.

O argumento acima pode ser comprovado quando se observa o atual ciclo de crédito na economia brasileira. Diante desse ciclo, os bancos adotaram estratégias que apontam no sentido de uma concorrência baseada mais na diferenciação de produtos que nos preços dos serviços e taxas de juros. No entanto, antes de descrevermos as referidas estratégias adotadas pelos bancos, faremos uma breve caracterização do ciclo de expansão creditícia que atravessa a economia brasileira.

Esse ciclo entrou em cena no início de 2003. No mês de janeiro desse ano, a relação crédito/PIB foi a menor registrada no período após o Plano Real (21,8% do PIB). No entanto, após abril de 2003 a relação crédito/PIB apresentou consecutivos aumentos atingindo o patamar de 39,1 em setembro de 2008 (ver Gráfico 1). Além disso, vale ressaltar que a expansão foi comandada pelo crédito com recursos livres, isto é, aquele crédito que é contratado a taxas livremente pactuadas entre as partes e que pode ser alocado livremente pelo agente tomador dos recursos. O Gráfico 2 comprova tal fato. Enquanto o crédito com recursos direcionados apresentou um crescimento de cerca de 52% no período que vai de janeiro de 2003 a setembro de 2008, o dinamismo do crédito com recursos livres foi mais acentuado, teve crescimento de mais de 100% no mesmo período. O montante de operações de crédito com recursos livres era cerca de R\$ 352 bilhões em dezembro de 2003, ao passo que em setembro de 2008 ele atingiu cerca de R\$ 825,9 bilhões.

Gráfico 2 – Estoque de empréstimos do sistema financeiro – recursos livres e direcionados – R\$ milhões – IGP-DI set/08



Fonte: Banco Central do Brasil

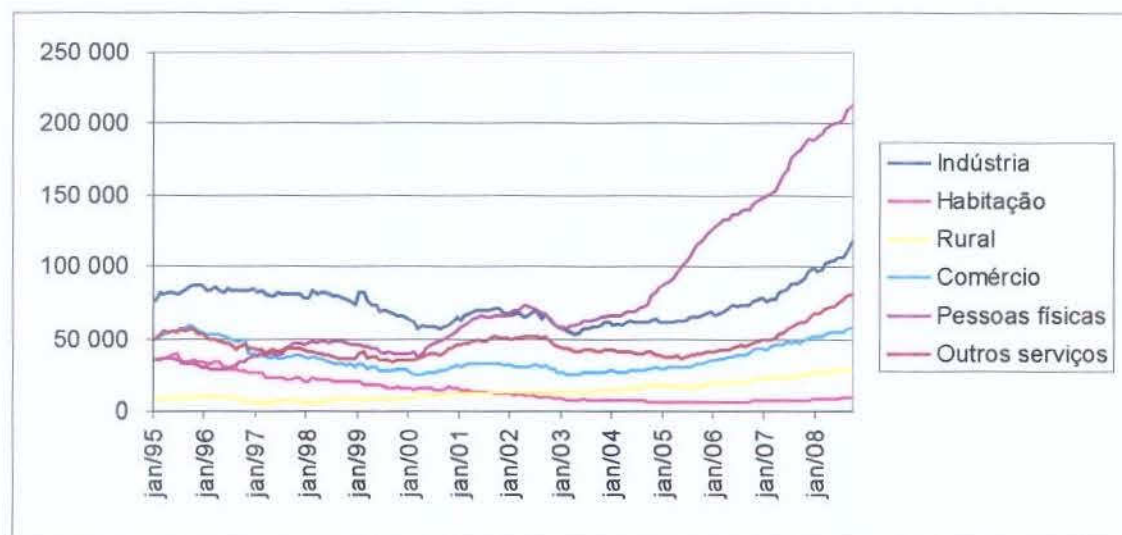
Cabe agora identificar quais agentes tomaram empréstimos sob a forma de recursos livres. Ao observarmos os empréstimos do sistema financeiro público ao setor privado (Gráfico 3), notamos que as categorias que apresentaram maior crescimento foram as pessoas físicas e outros serviços. Já no Gráfico 4, que mostra os empréstimos do sistema financeiro privado nacional ao setor privado, observamos que a categoria que mais tomou recursos emprestados foi a de pessoas físicas. O montante de crédito fornecido pelo sistema financeiro privado nacional às pessoas físicas era, em dezembro de 2003, de cerca de R\$ 66,6 bilhões, ao passo que no mês de setembro do ano de 2008 se encontrava em torno de R\$ 213 bilhões. O mesmo movimento apresentado pelo sistema financeiro privado nacional se repete no sistema financeiro privado estrangeiro (Gráfico 5). Em dezembro de 2003, o montante de crédito fornecido às pessoas físicas pelo sistema financeiro privado estrangeiro era de cerca de R\$ 39,6 bilhões, ao passo que em setembro de 2008 o montante chegou a R\$ 99,2 bilhões.

Gráfico 3 – Empréstimos do sistema financeiro público ao setor privado, por atividade – R\$ milhões – IGP-DI set/08



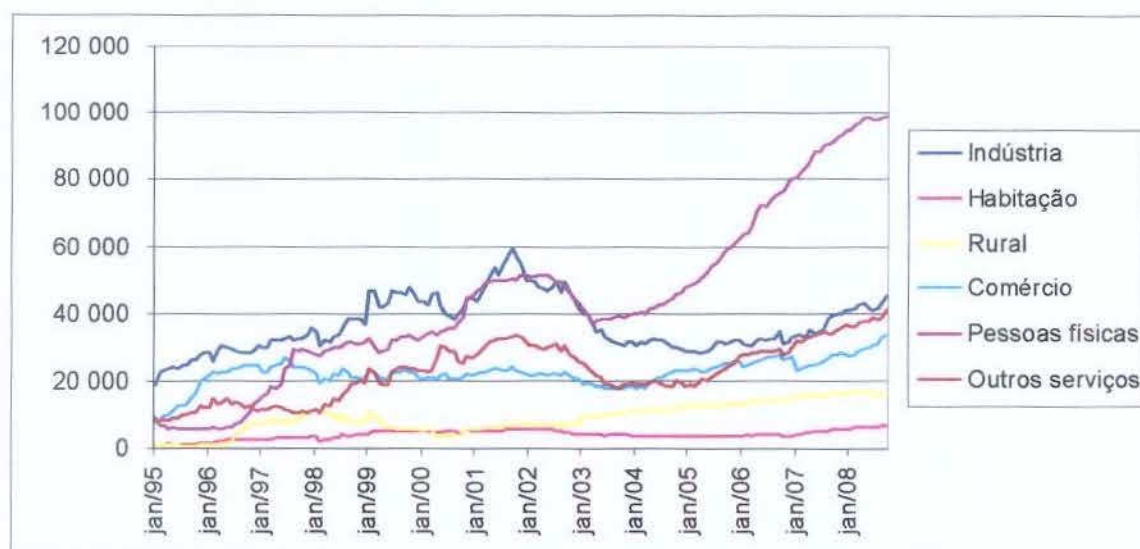
Fonte: Banco Central do Brasil

Gráfico 4 – Empréstimos do sistema financeiro privado nacional ao setor privado, por atividade – R\$ milhões – IGP-DI set/08



Fonte: Banco Central do Brasil

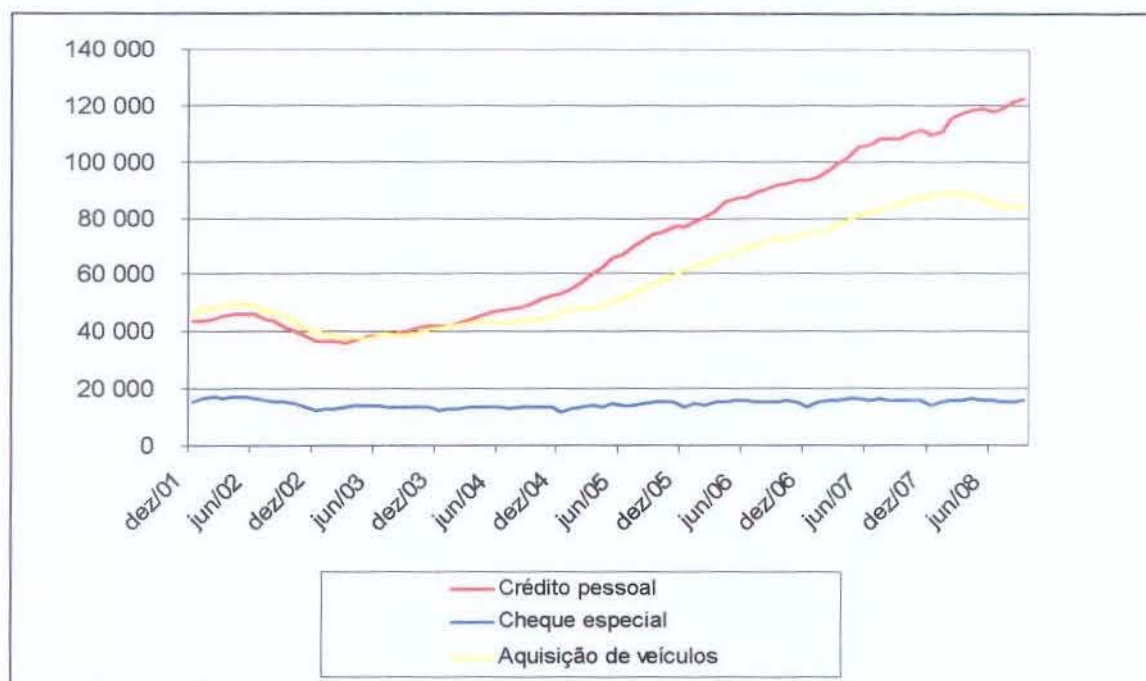
Gráfico 5 – Empréstimos do sistema financeiro estrangeiro ao setor privado, por atividade – R\$ milhões – IGP-DI set/08



Fonte: Banco Central do Brasil

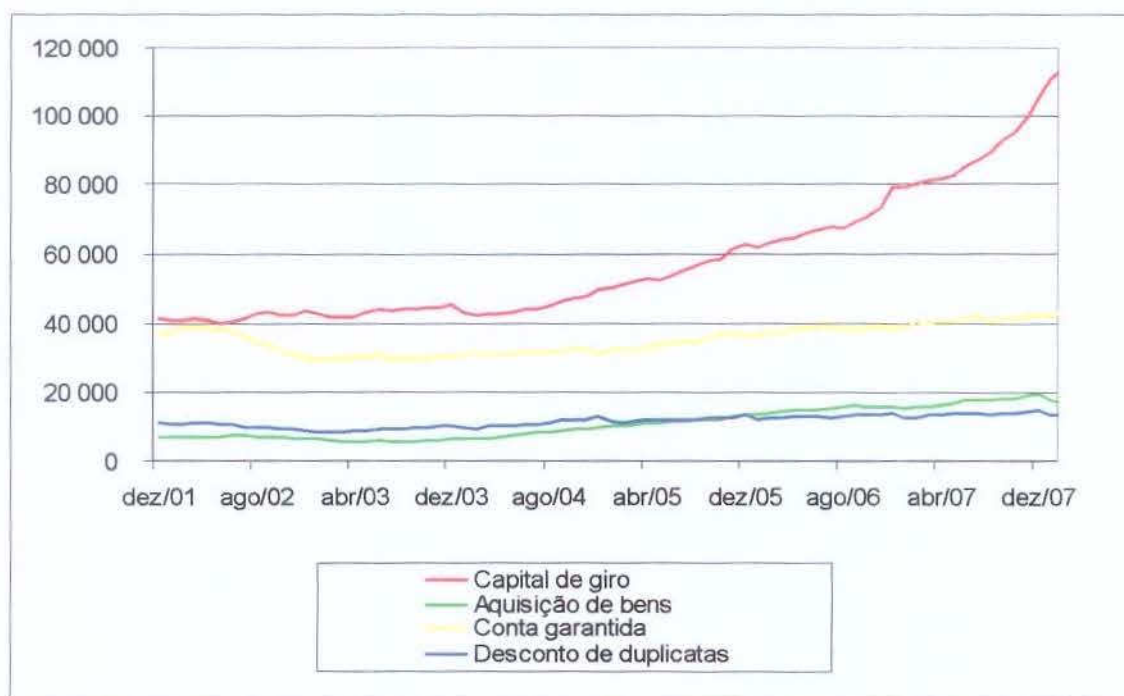
Portanto, conclui-se que o ciclo de expansão creditícia que começou no início de 2003, antes dos primeiros sinais de recuperação do poder de compra dos consumidores, baseou-se no crédito ao consumo das famílias, o qual foi impulsionado na expansão da modalidade crédito pessoal (ver Gráfico 6). No entanto, deve-se ressaltar que a entre os anos de 2006 e 2008 também houve expansão do crédito para as indústrias, que foi impulsionado pela expansão da modalidade capital de giro, como mostra o Gráfico 7.

Gráfico 6 – Operações de crédito – saldo por modalidade – pessoa física – R\$ milhões – IGP-DI set/08



Fonte: Banco Central

Gráfico 7 – Operações de crédito – saldo por modalidade – pessoa jurídica – R\$ milhões – IGP-DI set/08



Fonte: Banco Central

Prosseguindo com o argumento, temos que os grandes bancos varejistas procuraram adotar estratégias distintas de expansão dos produtos para o referido financiamento do consumo das famílias. Eles buscaram se associar com redes de lojas varejistas. O Bradesco, por exemplo, se associou com as Casas Bahia para financiar algumas de suas vendas a prazo. Já o Banco Itaú se associou à Companhia Brasileira de Distribuição (CBD), que controla os Grupos Pão de Açúcar, Extra, Compre Bem e Sendas. Além disso, o banco fechou acordo com as Lojas Americanas. Até mesmo os bancos públicos entraram no jogo. O Banco do Brasil, por exemplo, fechou parcerias com a rede de materiais de construção Dicico. Outras associações feitas pelos grandes bancos podem ser vistas no Quadro 2.

Quadro 2 – Associações entre bancos e empresas varejistas

Lojas	Bancos parceiros
Magazine Luiza	Unibanco
Ponto Frio	Unibanco
Sonae	Unibanco
Lojas Americanas	Itaú
Cia. Brasileira de Distribuição (Pão de Açúcar)	Itaú
Lojas Colombo	Bradesco
Casas Bahia	Bradesco
EletroZema	Bradesco
Grupo Ponte Irmeões	Bradesco
HP	Bradesco/Finasa
Panashop	HSBC
Telha Norte (materiais de construção)	Cetelem Brasil (BNP Paribas)
Carrefour	Cetelem Brasil (BNP Paribas)
Submarino	Cetelem Brasil (BNP Paribas)
Fast Shop	Cetelem Brasil (BNP Paribas)
Fnac	Cetelem Brasil (BNP Paribas)
Casa & Video	Cetelem Brasil (BNP Paribas)
Casa & Construção	Alfa/BGN/PanAmericano
Pierre Alexander Cosmético	PanAmericano
Lojas Maia (eletroeletrônicos no Nordeste)	Banco do Brasil
Ri-Happy (rede de lojas de brinquedos)	Banco do Brasil
Todeschini	Banco do Brasil
Dicico (materiais de construção)	Banco do Brasil

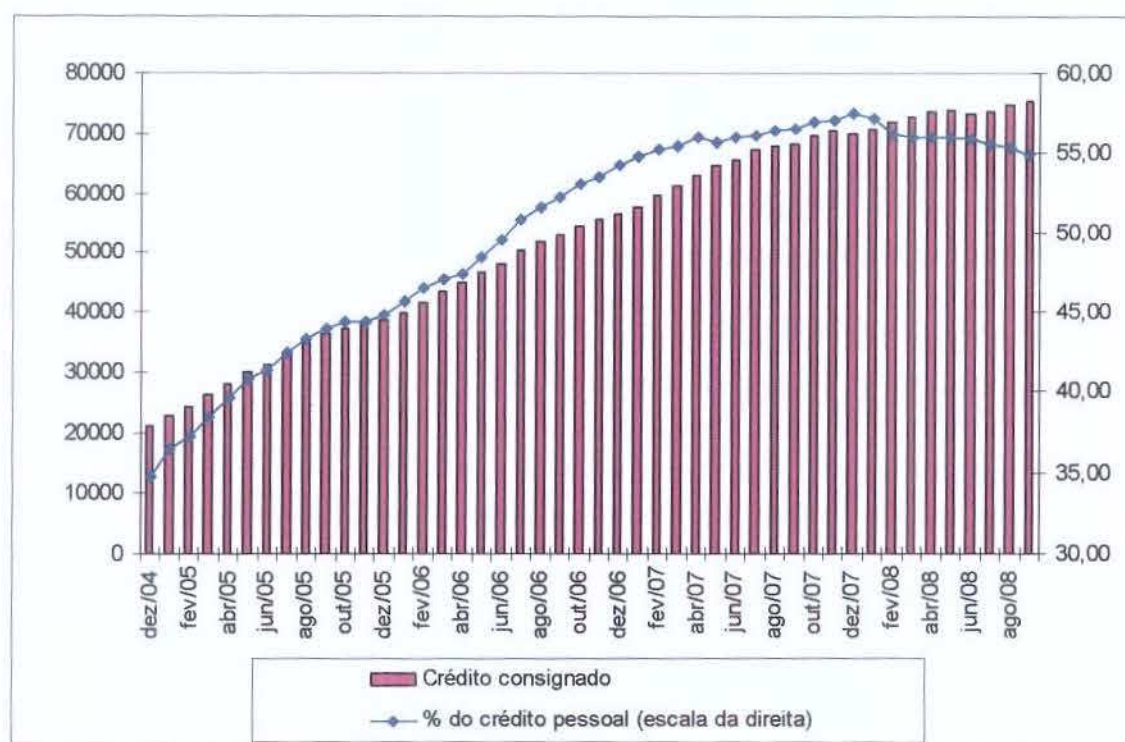
Fonte: Banco Central, Mattos (2006) e jornais.

Os bancos também investiram na compra de financeiras para se diferenciar. O HSBC, por exemplo, comprou a Losango, o Bradesco a Finasa, o Unibanco a Fininvest, e o Itaú criou a Taii.

Outra via de diferenciação foi o aperfeiçoamento das tecnologias de informação, que possibilitaram o desenvolvimento de novas técnicas de gestão de riscos mediante melhor coleta e processamento de informações sobre empréstimos e tomadores. Como mostra Cintra (2006), “essas novas técnicas de gestão de risco utilizam informações sobre taxas de inadimplência por tipo de devedor e por tipo de empréstimos, permitindo estabelecer estimativas de perdas com um mínimo de provisionamento de capital para cumprir as determinações do Acordo de Basiléia”. O autor segue afirmando que o esforço de quantificar o risco tem aperfeiçoado o processo de avaliar créditos, precificar risco e melhorar as decisões de empréstimo. Vale lembrar que nesse quesito o papel das grandes instituições estrangeiras também foi importante, já que elas tiveram participação no desenvolvimento de sofisticados modelos e sistemas de avaliação de risco de crédito e de transação, que foram incorporados nas normas de gestão de risco do Acordo da Basiléia 2.

As instituições bancárias também passaram a fechar acordos com empresas privadas e entidades dos mais diversos níveis governamentais com o intuito de conceder crédito aos respectivos funcionários mediante consignação em folha de pagamento, o que reduz não só o risco das operações como as taxas de juros das mesmas. De acordo com o Banco Central, as taxas de juros médias para o crédito consignado eram, em dezembro de 2007, de aproximadamente 28,1% a.a. ao passo que as taxas médias para os empréstimos pessoais às pessoas físicas eram de aproximadamente 59,1% a.a. Outro aspecto importante a destacar sobre o crédito consignado consiste no fato de que ele possibilitou a incorporação de novos consumidores no mercado, como os aposentados e aqueles que conseguiram trocar uma dívida cara por essa modalidade de crédito mais barata podendo, com isso, expandir o consumo posteriormente. A importância do crédito consignado no ciclo de expansão creditícia pode ser observada no Gráfico 8. O estoque saltou de cerca de R\$ 21 bilhões em dezembro de 2004 para R\$ 75,3 bilhões em setembro de 2008.

Gráfico 8 – Volume de crédito consignado – em R\$ milhões – IGP-DI set/08 – e participação no crédito pessoal



Fonte: Banco Central do Brasil

Pode-se acrescentar ainda como movimento de diversificação dos bancos em busca de ampliação do número de contas correntes, cartões de crédito e correspondentes bancários. Entre 2001 e 2007, de acordo com a pesquisa da Febraban “O Setor Bancário em Números”, o número de contas correntes do sistema bancário nacional cresceu cerca de 76%, como aponta a Tabela 8. O Brasil contava com cerca de 63,7 milhões de contas correntes no ano de 2000, número que saltou para 112,1 milhões no ano de 2007. Entre os fatores que contribuíram para tal movimento encontra-se a criação das contas simplificadas, que não necessitam de comprovação de renda e permitiram a inclusão de clientes de classes mais baixas.

Sobre os cartões de crédito pode-se inferir que houve uma democratização de seu acesso. A pesquisa referida acima mostra que em 2000 existiam 28 milhões de cartões, ao passo que em 2007 esse número passou a 93 milhões.

Tabela 8 – Número de contas correntes, clientes com *internet banking* e cartões de crédito (em milhões)

Período	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Número de contas correntes(1)	63,7	71,5	77,3	87,0	90,2	95,1	102,6	112,1
Movimentadas(1)	48,2	53,6	55,7	61,4	66,9	70,5	73,7	77,1
Não movimentadas(1 e 2)	15,5	17,9	21,6	25,6	23,3	24,6	28,9	35,0
Clientes com conta de poupança(3)	45,8	51,2	58,2	62,4	67,9	71,8	76,8*	82,1
Clientes com <i>internet banking</i> (4)	8,3	8,8	9,2	11,7	18,1	26,3	27,3	29,8
Cartões de crédito(5)	28,0	em	42,0	45,0	53,0	68,0	79,0	93,0

Fontes:

(1) Banco Central do Brasil; (2) Contas inativas há mais de 6 meses; (3) Abecip - Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança; (4) Febraban; (5) Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito; * Dado revisado

Os bancos trataram ainda de expandir suas redes de correspondentes bancários, isto é, estabelecimentos comerciais, lotéricas, mercados etc. que passaram a prestar serviços bancários. Segundo a pesquisa da Febraban, o número de correspondentes bancários era de 13.731 no ano de 2000 e atingiu 84.332 em 2007, como mostra o Tabela 9.

Tabela 9 – Rede de atendimento dos bancos no Brasil

Período	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Número de agências	16.396	16.841	17.049	16.829	17.260	17.515	18.067	18.308
Postos tradicionais(1)	9.495	10.241	10.140	10.045	9.837	9.527	10.220	10.427
Postos eletrônicos	14.453	16.748	22.428	24.367	25.595	27.405	32.776	34.790
Correspondentes(2)	13.731	18.653	32.511	36.474	46.035	69.546	73.031	84.332*
Total de dependências	54.075	62.483	82.128	87.715	98.727	123.993	134.094	147.857

Fonte: Banco Central do Brasil

Notas: (1) Inclui Postos de Atendimento Bancário (PAB), Postos de Arrecadação e Pagamentos (PAP), Postos Avançados de Atendimento (PAA), Postos de Atendimento Cooperativo (PAC), Postos de Atendimento ao Microcrédito, Postos Avançados de Crédito Rural (PACRE), Postos de Compra de Ouro (PCO) e Unidades Administrativas Desmembradas (UAD)

Como se ainda não bastasse, os bancos ampliaram o número de agências e postos eletrônicos. De acordo com a Febraban, o número de agências cresceu cerca de 12% de 2000 a 2007. O total de agências era de 16.396 em 2000, número que passou a ser de 18.308 em 2007. Sobre os postos eletrônicos, a pesquisa aponta para um crescimento de cerca de 140%. O número de postos eletrônicos saltou de 14.453 para 34.790 no período de 2000 a 2007.

Assim sendo, como mostra a Tabela 9, os bancos contavam com um total de 147.857 dependências bancárias ao final de 2007 (Febraban, 27/05/08). Dessa forma,

percebe-se que os bancos passaram a modificar algumas das atividades predominantes das agências. Eles diminuíram o espaço das transações (luz, energia, telefone, pagamento do FGTS etc.) para se especializarem em operações de crédito, investimento e financiamento.

A Medida Provisória no. 2.139-62, de 26 de janeiro de 2001, que permite que os entes públicos depositem suas disponibilidades em instituições financeiras submetidas a processo de privatização ou na instituição adquirente do seu controle acionário, criou um novo alvo de disputa entre as instituições bancárias do sistema financeiro nacional. Esse alvo é a compra dos direitos de gerenciamento das contas de depósitos e da folha de pagamento dos funcionários e fornecedores dos entes federativos. A Prefeitura de São Paulo, por exemplo, vendeu a Itaú o direito de exclusividade sobre a gestão das contas de depósitos dos cerca de 210 mil servidores por R\$ 510 milhões. Posteriormente, o ABN AMRO Real adquiriu os direitos pela conta-salário dos funcionários do Estado de Pernambuco. O Santander Banespa, logo depois, comprou o direito de exclusividade sobre a folha de pagamentos dos servidores do município do Rio de Janeiro por R\$ 336 milhões.

Portanto, nota-se que a estratégia de concorrência dos bancos baseia-se cada vez mais na diversificação de seus produtos, e não na competição via preços. Essa estratégia está longe de esgotar-se. O Banco ABN-AMRO Real abriu, recentemente, uma nova linha especial de financiamento que se destina a licenciamentos ambientais e projetos de certificação de produtos florestais (Valor, 08/04/08). Ao obter a certificação, os produtores poderiam, além de aumentar o valor de venda de seus produtos, inserirem-se no mercado externo. O prazo para quem quiser contratar essa linha de financiamento é de até 24 meses e o valor a ser financiado para pequenas empresas pode chegar até R\$ 200 mil, ao passo que para as grandes empresas pode ser de até R\$ 400 mil.

II – O padrão de atuação dos bancos estrangeiros varejistas que operam no Brasil e os fatores que determinam tal padrão

Os bancos estrangeiros varejistas que operam no sistema financeiro nacional adotam um padrão de comportamento distinto quando comparado às suas formas de atuação nos sistemas financeiros dos países de origem. Esse comportamento distingue-se, principalmente, no que diz respeito a prazos e taxas de juros.

No sentido de tentar mostrar essa diferença de perfil, Melo (2007) estabeleceu uma comparação entre as matrizes e filiais dos principais bancos estrangeiros varejistas que operam no Brasil, vale dizer, ABN AMRO, HSBC e Santander. Nessa comparação o autor elencou uma série de indicadores como composição e prazo das carteiras de crédito, *spread*, custos financeiros, administrativos e de pessoal entre outros. Reproduziremos a metodologia desenvolvida por Melo (2007), e as constatações feitas pelo autor, como forma de explicitar a diferença de padrão de comportamento dos bancos estrangeiros varejistas que operam no Brasil. Posteriormente, elucidaremos as motivos/causas dessa diferença de comportamento.

Ao observarmos a composição das carteiras de crédito dos bancos ABN AMRO, HSBC e Santander, constatamos que as carteiras de crédito são praticamente as mesmas para as matrizes e filiais dos três bancos. Ou seja, o crédito à pessoa física constitui o principal item das carteiras de crédito. A única exceção é a matriz do banco HSBC, que tem como principal item da carteira de empréstimos as hipotecas, a despeito de o crédito pessoal ter respondido por quase 20% dos empréstimos da matriz do banco em 2003 e 2004.

Iniciando a análise pela composição das carteiras de crédito da matriz e da filial do banco ABN AMRO, notamos, em conformidade com o que foi apontado acima, que o crédito ao consumo é o item mais expressivo de ambas as carteiras de empréstimos. Na matriz, o crédito ao consumo respondeu por 61,8% e 62,4% do total de empréstimos nos anos de 2005 e 2006, respectivamente. Já na filial, o crédito ao consumo representou 45,5% e 45,9% da carteira de crédito no mesmo período. As carteiras de crédito do banco ABN AMRO estão retratadas na Tabela 10.

Tabela 10 – Composição das carteiras de crédito da matriz e da filial brasileira do banco ABN AMRO entre os anos de 2001 e 2006.

ABN AMRO - Matriz (Holanda)						
	2001*	2002*	2003*	2004*	2005	2006
Setor público	5,0	2,8	2,2	2,4	1,5	2,0
Empresas	55,1	55,0	53,6	52,4	36,7	35,6
Consumo	39,9	42,2	44,2	45,0	61,8	62,4
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
*ABN AMRO mundial						
ABN AMRO - Filial (Brasil)						
	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Setor público	0,6	0,5	0,1	0,0	0,6	0,4
Setor privado	99,4	99,5	99,9	100,0	99,4	99,6
Rural	5,4	4,7	4,3	4,7	4,5	4,3
Indústria de transf.	18,6	20,6	22,5	12,3	15,6	16,6
Comércio	8,9	7,9	7,0	19,8	14,4	14,7
Serviços fin.	0,6	0,6	0,5	0,4	0,4	0,3
Outros serviços	13,6	15,3	15,0	11,4	14,9	13,3
Pessoas físicas	47,9	46,7	47,0	48,2	45,5	45,9
Habitação	4,4	3,7	3,6	3,2	4,1	3,2
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: ABN AMRO, a partir de Melo (2007)

No caso do banco HSBC, a composição da carteira de empréstimos de sua matriz e da filial brasileira, no período de 2001 a 2004, está retratada na Tabela 11.

Tabela 11 – Composição da carteira de crédito da matriz e da filial brasileira do banco HSBC

HSBC - Matriz (Inglaterra)						
	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Hipotecas	20,4	22,4	24,5	25,7	-	-
Crédito pessoal	16,3	17,1	17,4	18,7	-	-
Comercial/Indústria	28,1	25,8	23,2	19,7	-	-
Habitação	6,5	6,9	7,4	6,9	-	-
Propriedade (não imob.)	2,6	2,3	2,6	2,5	-	-
Governo	1,3	1,3	1,2	1,3	-	-
Outras comercial	14,9	15	13,2	13,4	-	-
Serviços fin.	9,7	9,2	10,5	11,8	-	-
HSBC - Filial (Brasil)						
	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Indústria	28,6	25,7	20	18,4	13,1	14,7
Comércio	9,2	10,5	12,6	14,9	11,9	14,2
Serviços	8,7	11	12,7	11,5	7,5	8,1
Fin. Imobiliários	12,2	9	8,4	6,5	5	4,2
Setor primário	3,3	3,4	2,8	2,8	1,5	1,2
Crédito pessoal	38,1	40,5	43,5	45,9	61	57,5

Fonte: HSBC, a partir de Melo (2007)

Ao voltarmos os olhos para a composição da carteira da matriz notamos que, nos anos de 2003 e 2004, os empréstimos hipotecários tiveram maior relevância. Tais empréstimos responderam por 24,5% e 25,7% da carteira de crédito da matriz no referido período. Porém, vale ressaltar que o crédito pessoal também constitui um item significativo da carteira de empréstimos da matriz do banco. A participação do crédito pessoal no total dos empréstimos da matriz do HSBC foi de 17,4% e 18,7% nos anos de 2003 e 2004, respectivamente. Na filial, o crédito pessoal é o item mais significativo da carteira de crédito durante todo o período compreendido entre os anos de 2001 e 2006. Nos anos de 2005 e 2006, o crédito ao consumo chegou a representar 61% e 57,5% do total dos empréstimos da filial. Passemos agora ao banco Santander.

Assim como o banco ABN AMRO, o banco Santander tem os empréstimos à pessoa física como principal item da carteira de crédito tanto da matriz quanto da filial brasileira, como mostra a Tabela 12. Os empréstimos ao consumo representaram 56,1% e 56,9% do total dos empréstimos concedidos pela matriz nos anos de 2005 e 2006, respectivamente. Já na filial, os empréstimos à pessoa física representaram 32,1% e 32,8% do total de empréstimos concedidos nos anos de 2005 e 2006, respectivamente.

Tabela 12 – Composição das carteiras de crédito da matriz e da filial brasileira do banco Santander

Santander - Matriz (Espanha)						
	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Setor público	-	-	-	3,1	2,7	1,9
Setor privado	-	-	-	96,9	97,3	98,1
Pessoa física	-	-	-	60,8	56,1	56,9
Indústria de transf.	-	-	-	6,2	5,8	5,4
Energia	-	-	-	1,2	1,3	0,9
Serviços	-	-	-	15,5	14,3	17,2
Habitação	-	-	-	3,4	3,1	3,7
Outros setores	-	-	-	9,9	16,8	14
Santander - Filial (Brasil)						
	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Setor público	1	1	1,8	0,9	1	0,5
Setor privado	99	98,4	98,2	99,1	99	99,5
Pessoa física	41	41	30,1	31	32,1	32,8
Indústria	15,4	15,6	24,1	27,8	24,5	27,8
Comércio	5,1	4,8	10,2	12,5	13,4	9,6
Serviços e outros	10,9	11,1	20,5	14,4	18,3	19,2
Habitação	8,5	6,6	4,2	3,7	4,1	2,7
Agricultura	17,1	18,9	9,6	9,3	9	5,3

Fonte: Santander, a partir de Melo (2007)

A diferença *strictu sensu* entre as carteiras de crédito de matrizes e filiais aparece quando comparamos a composição dessas carteiras por faixas de vencimento. As carteiras de crédito das matrizes apresentam prazo maior que o das carteiras das filiais nos três bancos observados. Nas matrizes, há predomínio dos empréstimos com prazo maior que um ano. Já nas filiais a maior parte dos empréstimos possui prazo menor que um ano. As Tabelas 13 e 14 mostram a composição das carteiras de crédito por faixa de vencimento das matrizes e das filiais dos bancos ABN AMRO e HSBC, respectivamente.

Tabela 13 – Composição das carteiras de crédito da matriz e da filial brasileira do banco ABN AMRO por faixas de vencimento

ABN AMRO - Matriz (Holanda)						
	2001*	2002*	2003*	2004*	2005	2006
0-3 meses	38,6	41,5	41,4	39,8	6,3	3,9
3-12 meses	13,0	10,0	10,1	10,0	45,2	45,8
12-60 meses	20,9	18,6	20,5	22,4	22,2	13,8
> 60 meses	27,5	29,9	28,0	27,8	26,2	36,6
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
*ABN AMRO mundial						
ABN AMRO - Filial (Brasil)						
	2001	2002	2003	2004	2005	2006
0-3 meses	38,9	36,6	34,3	30,9	27,7	28,9
3-12 meses	37,2	37,8	40,9	40,0	35,7	35,9
> 12 meses	23,9	25,6	24,8	29,1	36,5	35,2
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: ABN AMRO, a partir de Melo (2007)

Tabela 14 – Composição das carteiras de crédito da matriz e da filial brasileira do banco HSBC por faixas de vencimento

HSBC - Matriz (Inglaterra)						
	2001	2002	2003	2004	2005	2006
0-3 meses	36,8	35,5	34,7	34,9	-	-
3-12 meses	11,1	11,5	9,9	9,1	50,1	50,4
12-60 meses	25,2	24,6	24,7	24,1	49,9	49,6
> 60 meses	26,9	28,4	30,7	31,9	-	-
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
HSBC - Filial (Brasil)						
	2001	2002	2003	2004	2005	2006
0-3 meses	38,2	37,5	42,6	41,6	36,5	33,0
3-12 meses	39,6	41,8	36,2	35,8	39,1	38,5
> 12 meses	22,1	20,7	21,2	22,5	24,4	28,5
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: HSBC, a partir de Melo (2007)

Observando os prazos de vencimento dos empréstimos da matriz do banco ABN AMRO, notamos que a carteira é composta de modo que aproximadamente metade dos empréstimos possui prazo de vencimento menor que um ano e a outra metade possui vencimento maior que um ano. Isso ocorre durante todo o período que vai de 2001 a 2004. Já no que tange aos prazos de vencimento dos empréstimos da filial brasileira do banco, percebemos que a maior parte dos empréstimos possui vencimento menor que um ano. Nos anos de 2004, 2005 e 2006, as porcentagens dos empréstimos que tinham prazo de vencimento menor que um ano foram de 70,9%, 63,4% e 64,8%, respectivamente.

O mesmo ocorre quando levamos em conta os prazos de vencimento dos empréstimos da matriz e da filial brasileira do banco HSBC. Na matriz do HSBC, a exemplo do que acontece na matriz do ABN AMRO, cerca de metade dos empréstimos tem prazo de vencimento menor que um ano e outra metade possui prazo maior que um ano. Já na filial brasileira os empréstimos com prazo menor que um ano são maioria. Nos anos de 2004, 2005 e 2006, os empréstimos com prazo inferior a um ano responderam por 77,4%, 75,6% e 71,5% do total de empréstimos concedidos pela filial, respectivamente.

No que tange aos *spreads*, notamos que os *spreads* cobrados pelas filiais são superiores aos cobrados pelas matrizes nos três bancos. A Tabela 15 mostra-nos uma comparação entre os *spreads* cobrados pelas matrizes e pelas filiais no período 2001-2006.

Tabela 15 – *Spreads* cobrados pelas matrizes e filiais dos bancos ABN AMRO, HSBC e Santander no período 2001-2006

	ABN AMRO		HSBC		Santander	
	Filial	Matriz	Filial	Matriz	Filial	Matriz
2001	7,68%	1,58%	4,20%	1,55%	2,13%	2,43%
2002	7,41%	1,69%	5,88%	1,74%	3,06%	2,49%
2003	5,64%	1,67%	6,42%	1,65%	6,07%	1,99%
2004	5,04%	1,32%	6,27%	1,46%	6,82%	1,02%
2005	5,50%	0,94%	5,12%	0,96%	5,43%	1,14%
2006	4,21%	0,99%	5,84%	0,86%	4,25%	1,29%

Fonte: ABN AMRO, HSBC e Santander, a partir de Melo (2007)

A Tabela 15 mostra que os *spreads* cobrados pelas filiais foram maiores que os cobrados pelas matrizes em todo o período para os três bancos, com exceção do Santander no ano de 2001. Assim sendo, surge a seguinte questão: porque os bancos estrangeiros situados no Brasil tendem a emprestar a taxas mais elevadas e a prazos mais curtos? Ou seja, porque os bancos estrangeiros situados no Brasil possuem um padrão de atuação distinto do adotado em seus países de origem? De outra forma, porque as instituições bancárias estrangeiras que operam no Brasil são pouco funcionais ao crescimento e desenvolvimento econômico, isto é, porque elas não fornecem, assim como fazem em seus países de origem, crédito a taxas de juros mais baixas e a prazos mais longos?

A Tabela 16 apresenta o *spread* bancário em países latino-americanos e em países desenvolvidos em pontos percentuais para o período 1994-2005. Pela tabela notamos que o *spread* bancário no Brasil é maior que o de todos os outros países durante todo o período abordado seguindo qualquer uma das duas metodologias. A única exceção é o ano de 2002, no qual o Uruguai apresenta maior *spread* por causa da crise externa vivida por esse país.

Tabela 16 – *Spread* bancário em países latino-americanos e em países desenvolvidos em pontos percentuais

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Países desenvolvidos												
Alemanha	7,0	7,1	7,2	6,4	6,1	6,4	6,2	6,5	7,1	nd	nd	nd
Canadá	2,9	3,4	3,1	3,1	3,5	3,6	3,8	3,6	3,4	3,6	3,2	2,9
Estados Unidos	2,5	2,9	2,9	2,8	2,9	2,7	2,8	3,2	3,0	3,0	2,8	2,7
Japão	2,4	2,6	2,4	2,2	2,1	2,0	2,0	1,9	1,8	1,8	1,7	1,4
Reino Unido	1,8	2,6	-0,3	-0,6	-0,3	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
América Latina												
Argentina	2,0	6,0	3,2	2,3	3,1	3,0	2,8	11,6	12,4	9,0	4,2	2,4
Brasil (a)	-	-	-	53,8	58,4	54,4	39,6	39,8	43,7	45,1	39,5	37,8
Brasil (b)	139,2	127,3	56,4	63,3	58,4	43,2	36,1	40,0	42,5	41,5	36,2	36,6
Bolívia	37,1	32,2	36,8	35,3	26,6	23,1	23,6	10,2	11,1	6,3	7,1	11,7
Chile	5,2	4,4	3,9	3,7	5,3	4,1	5,6	5,7	4,0	3,5	3,2	2,8
México	4,3	19,6	10,0	5,8	10,9	12,1	8,7	6,6	4,4	3,8	4,5	6,4
Uruguai	33,5	35,4	43,5	37,6	31,6	28,5	27,8	27,0	55,8	29,3	17,5	10,8

Fonte: IMF (2006); para Brasil (b), adaptado de Banco Central do Brasil (10 abr. 2006); Oliveira & Carvalho (2007)

Diversos esforços já foram despendidos para tentar justificar a existência de *spreads* significativamente mais altos no Brasil em relação aos de outros países, como

mostrou a tabela acima. Reis e Valadares (2004) apontam, entre outros fatores, os altos impostos sobre a intermediação financeira e a elevada inadimplência como responsáveis pelos altos *spreads* no Brasil. No que tange aos impostos, Melo (2007) elaborou um indicador que relaciona o total de impostos pagos pelas instituições financeiras e o resultado bruto da intermediação financeira como forma de comparar o peso dos impostos nas matrizes e nas filiais dos bancos ABN AMRO, HSBC e Santander. Os resultados obtidos pelo autor encontram-se na Tabela 17.

Tabela 17 – Peso dos impostos em relação ao resultado bruto da intermediação financeira

	ABN AMRO		HSBC		Santander	
	Filial	Matriz	Filial	Matriz	Filial	Matriz
2001	0,16	0,10	0,29	0,20	0,14	0,11
2002	0,16	0,10	0,19	0,20	0,41*	0,10
2003	0,19	0,15	0,13	0,15	0,15	0,13
2004	0,23	0,09	0,24	0,17	0,11	0,09
2005	0,13	0,14	0,22	0,20	0,17	0,14
2006	0,17	0,10	0,19	0,23	0,16	0,20

* ano de incorporação do Banespa, resultado excepcional

Fontes: ABN AMRO, HSBC e Santander, a partir de Melo (2007)

Pela Tabela 17 notamos que o peso dos impostos sobre o resultado da intermediação financeira é praticamente o mesmo nas matrizes e nas filiais dos bancos analisados durante todo o período compreendido entre os anos de 2001 e 2006. Em alguns casos, o peso dos impostos chega a ser menor nas filiais. Portanto, percebe-se que os impostos sobre intermediação financeira não podem ser considerados como fator determinante para os elevados *spreads* verificados no Brasil.

Acerca da inadimplência, tomemos como base para a discussão o “Relatório de Economia Bancária e Crédito”, desenvolvido e publicado pelo Banco Central do Brasil, e as séries temporais, disponíveis na sua página eletrônica. O primeiro documento faz parte de um estudo mais amplo realizado pelo próprio Banco Central, o chamado Projeto “Juros e *Spread* Bancário”, que busca, entre outros fins, mapear e retratar o comportamento dos elementos que compõem o *spread* no Brasil. Já as séries temporais são um conjunto de dados que mostram a evolução de diversas variáveis econômicas relacionadas a temas como balanço de pagamentos, indicadores de crédito, empréstimos do sistema financeiro nacional, entre outros.

De acordo com o Relatório de Economia Bancária e Crédito publicado pelo Banco Central em julho de 2007, o *spread* podia ser decomposto em impostos diretos, impostos indiretos mais fundo garantidor de crédito, custos do compulsório, custos administrativos, despesas com inadimplência e margem líquida. Os elementos que compõem o *spread* no Brasil, bem como as suas respectivas participações no *spread* total, estão retratados na Tabela 18.

Tabela 18 – Decomposição do *spread* bancário – proporção (%)

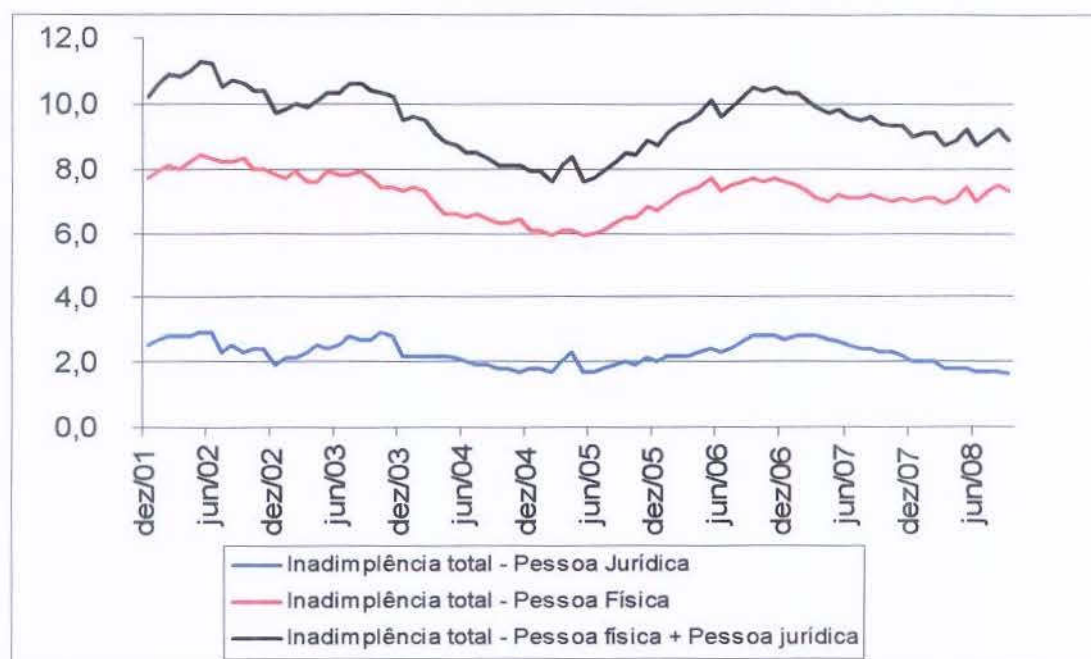
Discriminação	2001	2002	2003	2004	2005	2006
1 - Spread total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2 - Custo administrativo	16,8	14,7	19,5	19,8	17,2	16,9
3 - Inadimplência	30,7	31,2	31,7	34,0	35,9	43,4
4 - Custo do compulsório	9,7	12,2	6,5	7,0	5,0	4,7
Depósitos a vista	9,4	10,0	7,1	6,8	5,1	4,9
Depósitos a prazo	0,3	2,2	-0,6	0,1	-0,1	-0,3
5 - Tributos e taxas	7,0	7,3	7,2	8,4	8,1	8,6
Impostos indiretos	6,8	7,0	7,0	8,1	7,8	8,3
Custo do FGC	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
6 - Resíduo bruto (1-2-3-4-5)	35,7	34,7	35,1	30,8	33,8	26,4
7 - Impostos diretos	12,1	11,0	10,6	9,9	9,5	7,3
8 - Resíduo líquido (6-7)	23,6	23,7	24,4	21,0	24,3	19,0

Fonte: Banco Central

De acordo com a Tabela 18, o item inadimplência esperada respondeu, em todo o período compreendido entre os anos de 2001 e 2006, por mais de 30% do *spread* bancário. Além disso, a participação do referido item aumentou ininterruptamente durante o período em questão. No ano de 2006, a inadimplência alcançou sua maior representação no *spread* total, isto é, foi responsável por 43,4% do *spread* cobrado pelos bancos.

O Gráfico 9, montado a partir dos dados sobre inadimplência disponíveis nas séries temporais do Banco Central do Brasil, mostra as taxas totais de inadimplência, para pessoas físicas e pessoas jurídicas, realmente verificadas no sistema financeiro nacional durante o período que vai de dezembro de 2001 a setembro de 2008.

Gráfico 9 – Taxas totais de inadimplência em porcentagem (%) – pessoas físicas e pessoas jurídicas



Fonte: Banco Central do Brasil

De acordo com o Gráfico 9, as taxas de inadimplência de pessoa física são maiores que as taxas de pessoa jurídica em todo o período. Além disso, podemos observar que as taxas de inadimplência de pessoa física não ultrapassaram 9% em nenhum momento do período em questão. No mês de maio de 2002, o qual registrou o maior patamar de inadimplência para pessoa física, a referida taxa foi de 8,4%. A respeito das taxas de inadimplência de pessoas jurídicas pode-se afirmar que elas não ultrapassaram o patamar de 3% durante todo o período observado. A taxa de inadimplência de pessoas jurídicas encontrou seus maiores patamares nos meses de maio e junho de 2002 e outubro de 2003. Nesses meses tal taxa chegou a 2,9%.

Ao voltarmos os olhos para a soma das duas taxas de inadimplência citadas acima notamos que a soma não ultrapassou 12% em nenhum momento do período em questão. Tomando como exemplo o ano de 2006, verificamos que o mês que apresentou a maior soma das taxas de inadimplência foi novembro. Nesse mês a soma chegou a 10,5%. Assim sendo, deparamo-nos com a seguinte questão: porque no ano de 2006 a inadimplência esperada representava 43,4% do *spread* total cobrado pelos bancos se a soma das taxas de inadimplência de pessoas física e jurídicas chegou, no máximo, 10,5%? Ao expandirmos tal raciocínio para os demais anos, constatamos que a participação do item inadimplência no *spread* total cobrado pelos bancos foi

significativamente maior que as taxas de inadimplência efetivamente verificadas no sistema financeiro nacional. Portanto, o argumento de elevada inadimplência não pode ser utilizado para justificar os elevados *spreads* cobrados no Brasil nem mesmo para justificar a significativa participação desse item no *spread* total.

Ainda no que tange à questão da inadimplência, Carvalho & Oliveira (2003) levantam a hipótese do *mark-up* bancário (margem de lucro esperada) como a soma da inadimplência esperada com o resíduo líquido. Pela Tabela 18, notamos que, apesar do item resíduo líquido ter apresentado queda considerável entre os anos de 2001 e 2006 (representava 23,6% do *spread* em 2001 e passou a representar 19% em 2006), o crescimento ininterrupto da participação da inadimplência esperada na composição do *spread* fez com que o *mark-up* bancário, tal como apresentado anteriormente, passasse de 54,3% do *spread* em 2001 para 62,4% em 2006. Dessa forma, percebe-se o aumento da participação da inadimplência esperada na composição do *spread* caminhou no sentido de aumentar a margem de lucro esperada dos bancos não acompanhando a evolução das taxas de inadimplência realmente verificadas no sistema financeiro nacional, como mostrado anteriormente.

Jacob (2003) aponta outro argumento para justificar a existência de elevados *spreads* no sistema financeiro nacional. Para o autor, a instabilidade macroeconômica, entre outros fatores, seria responsável pelos altos níveis dos *spreads*. No entanto, ao observarmos a Tabela 16 notamos que países como Bolívia e Uruguai, que são macroeconomicamente mais instáveis que o Brasil, apresentam níveis de *spread* inferiores aos apresentados pela economia brasileira. Dessa forma, concluímos que a instabilidade macroeconômica também não pode ser utilizada como argumento determinante dos elevados níveis de *spread* existentes no Brasil.

Outro argumento comumente utilizado para explicar a existência de elevados *spreads* no Brasil é a concentração do setor bancário. Melo (2007) utilizou como indicador para medir o nível de concentração do setor bancário a participação do ativo das três maiores instituições financeiras de países como a Holanda, a Inglaterra, a Espanha e o Brasil, em relação ao ativo total do sistema financeiro (bancos comerciais). Os resultados obtidos pelo autor estão expressos na Tabela 19.

Tabela 19 – Concentração bancária – países selecionados*

	Holanda	Inglaterra	Espanha	Brasil
2001	0,79	0,55	0,59	0,39
2002	0,47	0,54	0,68	0,42
2003	0,64	0,73	0,83	0,49
2004	0,64	0,50	0,94	0,47
2005	0,51	0,50	0,69	0,45
2006	0,54	0,57	0,75	0,59
Média	0,60	0,56	0,75	0,47

*ativos dos três maiores bancos comerciais em relação ao ativo total dos bancos comerciais

Fonte: World Bank, a partir de Melo (2007)

A Tabela 19 nos mostra que, dos países selecionados, o Brasil apresenta os menores níveis de concentração bancária em quase todo o período compreendido entre os anos de 2001 e 2006. A única exceção é o ano de 2006. Nesse ano o indicador de concentração bancária brasileiro é de 0,59 ao passo que os indicadores da Holanda e da Inglaterra foram de 0,54 e 0,57, respectivamente. Ao voltarmos os olhos para a média do período em questão notamos que o Brasil apresenta uma média significativamente menor que a dos países selecionados. Dessa forma, concluímos que o setor bancário brasileiro possui grau de concentração menor que o dos países selecionados. Assim sendo, a concentração do setor não pode ser utilizada como argumento para justificar os níveis de *spread* verificados no Brasil.

Já autores como Arida, Bacha & Lara-Rezende (2004) atribuem ao risco jurisdicional a explicação para a existência de elevados *spreads* no Brasil. Para esses autores a ausência de um sistema legal que desse maiores garantias aos credores e impusesse maior ônus aos tomadores de empréstimos faz com que a aversão ao risco das instituições bancárias aumente, o que resulta no fornecimento de um volume de crédito menor e a maiores taxas e menores prazos.

Dito tudo isso, apontaremos três hipóteses que vão no sentido de esclarecer a existência de elevados níveis de *spread* no Brasil. São elas: a inconvertibilidade monetária, o chamado componente “custo de oportunidade” e a frouxa regulação/supervisão do Banco Central.

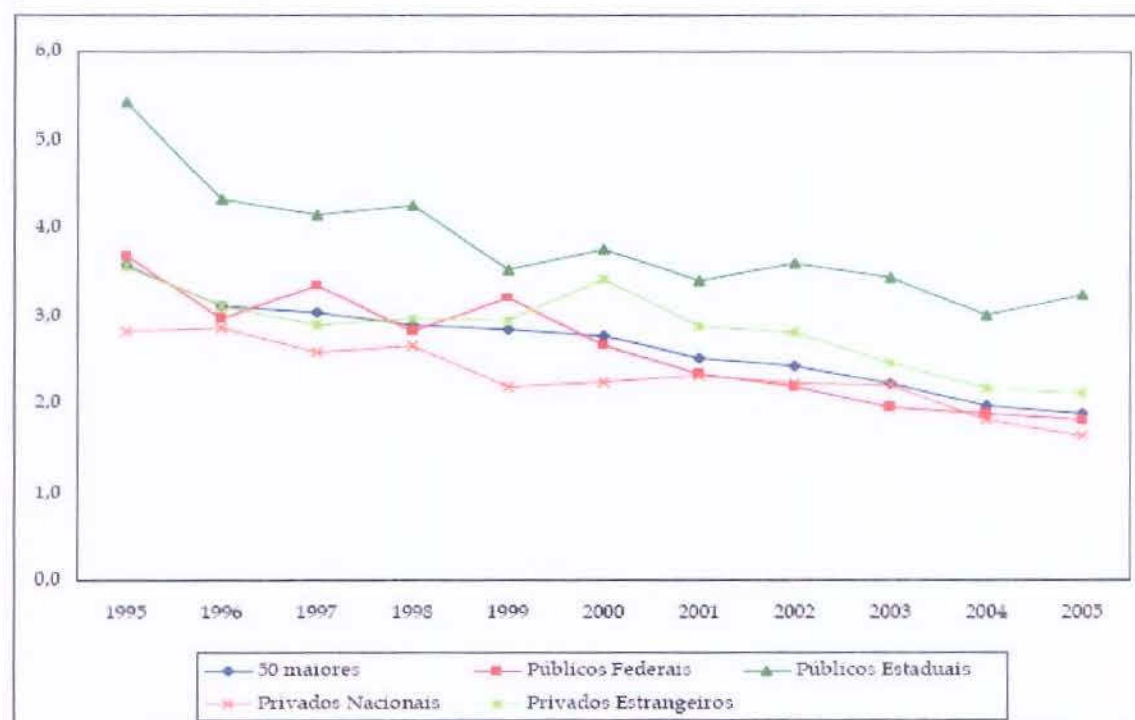
No entanto, antes de avançarmos, devemos atentar para outro fator que merece relevância, vale dizer, as receitas dos bancos com a prestação de serviços. Tal fator merece destaque não só porque remete, indiretamente, à questão dos níveis de *spread*,

mas também porque é um elemento que caracteriza a diferença de padrão de comportamento dos bancos estrangeiros varejistas que operam no Brasil.

Com a generalização da livre cobrança de tarifas de serviços, chancelada pela Resolução no. 2.302 do CMN de 25 de junho de 1996, as receitas provenientes da prestação de serviços passaram a cobrir parcela crescente do total das despesas administrativas e das despesas com pessoal dos bancos. Freitas (2007) aponta que as despesas administrativas responderam, no ano de 1995, por cerca de 3% e 4,5% do total de receitas com serviços no caso dos bancos privados nacionais e estrangeiros, respectivamente. No ano de 2005, a participação das despesas administrativas no total das receitas com prestação de serviços caiu tanto para os bancos privados nacionais como para os bancos estrangeiros. Nesse ano, as despesas administrativas responderam por cerca de 2% do total das receitas com serviços dos bancos privados nacionais e 2,5% do total de receitas obtidas com a prestação de serviços pelos bancos estrangeiros.

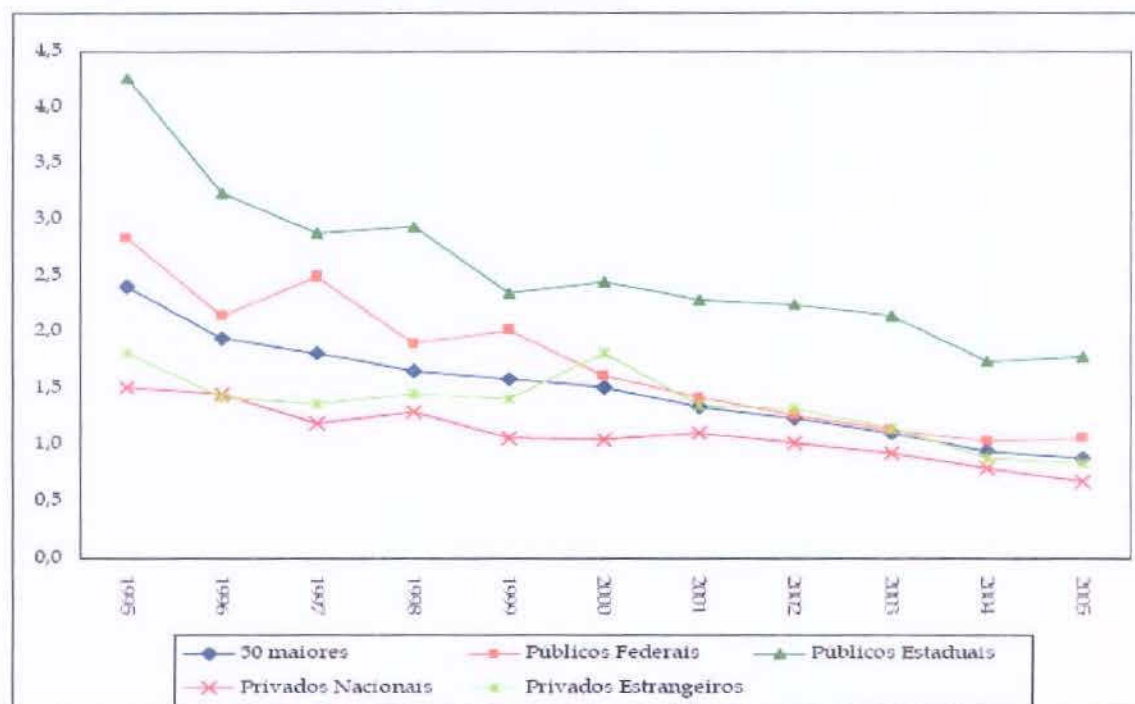
No caso das despesas com pessoal, Freitas (2007) coloca que as receitas com a prestação de serviços, no ano de 2005, superavam em 30% as despesas com pessoal no caso dos bancos privados nacionais e em 20% no caso dos bancos estrangeiros. A evolução da participação das despesas administrativas e das despesas com pessoal no total das receitas de serviços pode ser vista nos Gráficos 10 e 11.

Gráfico 10 – Participação das despesas administrativas no total das receitas com prestação de serviços



Fonte: Freitas (2007)

Gráfico 11 – Participação das despesas com pessoal no total das receitas com prestação de serviços



Fonte: Freitas (2007)

Assim sendo, deparamo-nos com a seguinte questão: porque a participação do item despesas administrativas no *spread* total cobrado pelos bancos manteve-se praticamente constante, e em alguns casos até aumentou, no período 2001-2006 (ver Tabela 18) se as despesas administrativas dos bancos que operam no sistema financeiro nacional reduziram-se como proporção das receitas com a prestação de serviços durante todo o período em questão?

Passaremos agora ao desenvolvimento das três hipóteses, que atuam conjuntamente, utilizadas para esclarecer a existência dos elevados níveis de *spread* cobrados pelos bancos que operam na economia brasileira.

I. Inconvertibilidade monetária:

A inconvertibilidade monetária será tratada aqui como a incapacidade de um país estabilizar o valor externo de sua moeda. A existência de uma moeda com essas características origina-se da presença de uma hierarquia de moedas no sistema monetário internacional. Tal hierarquia é construída a partir de aspectos econômicos e políticos. Entre os primeiros, encontram-se o tamanho ou peso de cada economia no âmbito internacional, o tamanho e a profundidade dos mercados financeiros e a existência de maiores custos de transação no caso de moedas com pouca importância nas transações internacionais. Já os segundos envolvem questões relativas ao tamanho, poder e influência internacional dos Estados nacionais. Portanto, conclui-se que é a própria arquitetura do sistema financeiro internacional que define a convertibilidade ou não de uma moeda.

O fato de um país não ter uma moeda conversível implica em diversas consequências. Entre elas encontram-se, além do *currency mismatch*, a maior volatilidade não só do valor externo da moeda (taxa de câmbio) mas também da taxa de juros interna. Isso ocorre porque, como apontam Belluzzo & Carneiro (2004), a formação da taxa de juros nos países de moeda inconvertível, dentro de um sistema financeiro internacional caracterizado pela presença de uma hierarquia de moedas, leva em conta os riscos de crédito e de liquidez em relação à moeda reserva do sistema. A formação da taxa de juros de um país de moeda inconvertível pode ser expressa pela seguinte equação:

$$i = i^* + RS + VC$$

onde, i , i^* , RS e VC representam, respectivamente, a taxa de juros interna de um país de moeda inconvertível, a taxa de juros proporcionada pelo ativo/moeda-chave do sistema, o riscos soberanos (riscos de crédito) e a expectativa de variação cambial ante a moeda reserva do sistema.

A partir da equação acima notamos que a taxa de juros de um país de moeda inconvertível, a despeito de levar em conta os riscos de crédito particulares, ainda considera os riscos de preço como variável dependente da avaliação dos agentes acerca das condições de conversão na moeda-chave do sistema (Carneiro, 2006). Em outras palavras, as taxas de juros dos países de moeda inconvertível dependem da expectativa de flutuação da taxa de câmbio ante a moeda reserva.

Desse modo, tem-se que a inconvertibilidade monetária se traduz em um patamar mais elevado para a taxa de juros interna do país de moeda inconvertível. Porém, os desdobramentos da inconvertibilidade não terminam aí. Além de um patamar mais elevado, a taxa de juros de um país cuja moeda é inconvertível adquire um caráter de volatilidade, justamente por causa das expectativas dos agentes em torno das condições de conversão da referida moeda na moeda reserva do sistema.

Assim sendo, nota-se que a inconvertibilidade monetária, pela maior volatilidade e patamar não só da taxa de juros interna, mas também do valor externo da moeda, acaba por gerar um ambiente de incerteza. Diante desse ambiente, os bancos aumentam sua preferência pela liquidez devido à incerteza sobre o comportamento das variáveis taxa de juros e câmbio. Tal fato resulta na concessão de um menor volume de crédito, e a prazos mais curtos, e na cobrança de margens (*spreads*) mais altas. No entanto, a inconvertibilidade monetária, por si só, não pode ser utilizada como justificativa para os elevados *spreads* no Brasil, haja visto que países como Colômbia, Bolívia e Argentina, que também possuem moedas inconvertíveis, apresentam níveis de *spread* inferiores aos registrados no Brasil. A seguir, serão apresentados outros dois fatores que, juntamente com a inconvertibilidade monetária, procuram explicar a existência de elevados *spreads* no sistema financeiro nacional.

II. O componente “custo de oportunidade”:

A compreensão do componente “custo de oportunidade” passa pelo entendimento do comportamento dos bancos em uma economia monetária da produção, conceito esse introduzido por Keynes (1930) e que diz respeito a uma economia que a moeda tem as funções de unidade de conta, meio de troca e reserva de valor.

De acordo com Keynes (1930), todos os ativos apresentam atributos, os quais definem o seu preço/rendimento, ou seja, a sua taxa de juros. Entre esses atributos encontram-se o rendimento esperado proporcionado pelo ativo, os ganhos/perdas resultantes de sua valorização/desvalorização, o custo de carregamento ou armazenagem e, por fim, o prêmio de liquidez. A partir dessas características, Keynes (1930) compõe o que pode ser chamado de “teoria da composição de carteiras e precificação dos ativos”.

Tendo isso em vista, os agentes procurarão alocar seus recursos levando em consideração os atributos supracitados. No caso dos bancos o comportamento não é diferente. Sabendo que a inconvertibilidade monetária gera um ambiente de incerteza, como descrito no acima, os bancos buscarão obter o maior rendimento e liquidez possível ao menor risco.

Dessa forma, percebe-se que, em uma economia monetária da produção, os banqueiros se depararão com a decisão de onde aplicar seus recursos, em ativos mais ou menos líquidos, e não na quantidade de recursos que será emprestada. A decisão sobre em quais ativos aplicar e a quantidade de recursos que será disponibilizada para empréstimos depende de sua percepção acerca do futuro, ou melhor, depende de sua percepção de incerteza.

Quando há perspectivas favoráveis no que se refere ao cenário macroeconômico e capacidade de pagamento dos mutuários os banqueiros decidirão ampliar os empréstimos. No entanto, caso as perspectivas mudem e a incerteza tome conta das expectativas, os banqueiros procurarão aplicar seus recursos em outros ativos, dotados, logicamente, de liquidez e menor risco. Nota-se dessa forma, que em um contexto de incerteza, os títulos públicos se tornam bastante atrativos, haja vista que apresentam elevada rentabilidade e liquidez e baixo risco. Os títulos públicos são, portanto, ativos que permitem aos bancos obter elevada rentabilidade sem ter de abrir mão da liquidez.

Com isso, a taxa de juros de tais títulos acaba se tornando a base de cálculo para as operações, o que faz com que os bancos embutam um “bônus”, um “prêmio de

liquidez” nas operações de crédito. Ou seja, os bancos, ao aplicarem recursos na forma de empréstimo, consideram o chamado custo de oportunidade, isto é, o custo que incorrem por não estarem aplicando seus recursos em títulos públicos para fornecerem crédito.

Portanto, nota-se o papel significativo que o componente custo de oportunidade exerce na explicação da existência de elevados *spreads* no Brasil. Ademais, ele também fornece luz para a compreensão do padrão de atuação das instituições bancárias no sistema financeiro nacional, bem como do volume de crédito fornecido por elas.

III. Menor regulação/supervisão do Banco Central sobre a atuação dos bancos que operam no sistema financeiro nacional:

Neste item utilizaremos como base de análise um questionário desenvolvido pelo Banco Mundial em 2003 cuja base de dados encontra-se atualizada para junho de 2008 e disponível na página eletrônica da instituição. Tal questionário é composto de uma série de perguntas endereçadas aos diversos bancos centrais do mundo, bem como de suas respectivas respostas. As perguntas abordam temas relacionados à forma de entrada dos bancos nos sistemas financeiros, as atividades bancárias o controle/propriedade, ao capital dos bancos, às atividades, aos requerimentos de liquidez e diversificação, supervisão, contabilidade etc. Dentro desse universo de temas selecionamos algumas perguntas, e as respectivas respostas dadas por um conjunto de países selecionados, que estão expostas no anexo estatístico.

Procuraremos, a partir da comparação das diversas respostas, levantar a hipótese de que a presença/atuação do Banco Central brasileiro, e dos demais órgãos responsáveis pela regulação/supervisão do comportamento dos bancos que operam na economia brasileira, é mais branda. Com isso, pode-se inferir que um dos motivos que fazem com que os *spreads* no Brasil sejam tão elevados é a menor regulação/supervisão do Banco Central sobre a operação dos bancos. Iniciaremos a análise pelas questões relativas à inserção dos bancos nas atividades bancárias.

De acordo com o questionário do Banco Mundial, nos últimos cinco anos, o Banco Central do Brasil recebeu quatro solicitações, de bancos domésticos (com mais de 50% do capital nacional), de licenças para a operação como bancos comerciais no sistema financeiro nacional ao passo que os bancos centrais da Argentina, do Chile e da Venezuela receberam 8, 7 e 6 solicitações, respectivamente (ver anexo estatístico). No

entanto, o que chama a atenção não é a quantidade de solicitações, mas sim a aceitação ou não delas por parte dos bancos centrais. No caso do Brasil, nenhuma solicitação foi negada, ou seja, todos os bancos que solicitaram a licença do Banco Central do Brasil para operar como bancos comerciais a obtiveram. Já na Argentina, no Chile e na Venezuela a história foi um pouco diferente. Na Argentina foram negadas quatro solicitações, enquanto que no Chile e na Venezuela foram negadas, em ambos os casos, uma solicitação. No caso chileno ainda houve uma solicitação cuja decisão foi postergada. Entre justificativas apresentadas pelo Banco Central da Argentina para a negação da concessão das licenças encontram-se a má qualidade ou quantidade do capital, a *expertise* dos bancos e o fato das solicitações estarem incompletas. O Banco Central do Chile, por sua vez, deu como justificativas para a negação e postergação da decisão de concessão de licença o fato de as solicitações estarem incompletas e a fraqueza dos planos de negócios da entidade bem como a existência de riscos não cobertos pelo capital. No caso venezuelano as justificativas foram as solicitações incompletas e a inviabilidade econômica da implementação da entidade. Passaremos agora a observar as questões relacionadas às atividades das instituições bancárias.

No que tange as atividades das instituições bancárias, o questionário nos mostra que o Banco Central do Brasil permite que os bancos instalados no sistema financeiro nacional desempenhem atividades relacionadas com seguros, ou seja, que adotem algumas atividades que competem às seguradoras. Já na Argentina e no Uruguai tais práticas são restritas, ao passo que os bancos centrais do Chile, da Colômbia e da Venezuela não autorizam tal prática (ver anexo estatístico). Tal fato indica, *a priori*, que no Brasil há maior facilidade de disseminação dos riscos presentes nas operações bancárias para o restante do sistema financeiro, o que fica ainda mais evidente ao se levar em conta que as agências responsáveis pela supervisão das atividades bancárias (Banco Central, SUSEP e CVM) são independentes não atuando de forma conjunta, o que, por sua vez, diminui a eficiência da supervisão.

Analisando os requerimentos de auditoria externa, o questionário nos mostra que, apesar de em países como o Chile, a Colômbia e a Venezuela não ser requerido pelo órgão responsável pela regulação que as auditorias dos bancos sejam abertas ao público, em todos os países selecionados é enviada uma cópia do relatório de auditoria ao órgão supervisor. A única exceção é o Brasil. No caso brasileiro, o órgão responsável pela regulação exige que ela seja aberta ao público, mas não recebe uma cópia do relatório de auditoria (ver anexo estatístico).

Sobre as questões relacionadas ao tema supervisão o questionário nos mostra que foram feitas, no Brasil, somente duas supervisões por banco nos últimos cinco anos. Já na Argentina, por exemplo, o número de supervisões feitas nos últimos cinco anos foi de 130. Em países como a Bolívia e o Chile foram feitas cinco supervisões ao passo que na Colômbia e no Uruguai a média de supervisões foi de duas por ano e uma por ano, respectivamente. Observando agora a frequência das inspeções realizadas nos bancos de médio e grande porte notamos que na maioria dos países da amostra as inspeções ocorrem anualmente. As exceções são o Brasil e a Colômbia. De acordo com o questionário, no Brasil as inspeções realizadas nos bancos de médio e grande porte ocorrem a cada dois anos (ver anexo estatístico).

Outro ponto importante a ser mencionado sobre o tema supervisão consiste no fato de que em quase todos os países selecionados os indivíduos encarregados da supervisão são legalmente responsáveis pelas omissões ou danos causados aos bancos provenientes de suas ações. No Brasil, os membros da entidade a que compete a supervisão não são considerados responsáveis por omissões ou danos causados aos bancos (ver anexo estatístico).

Portanto, nota-se, a partir do exposto acima, que a presença/regulação/atuação por parte das autoridades competentes é mais branda no Brasil. Enquanto em alguns países a regulação se mostra mais flexível em alguns pontos e mais rígida em outros, no Brasil ela se mostra mais flexível em todos os pontos abordados. Assim sendo, a hipótese de que os níveis de *spread* no Brasil se devem a menor presença/atuação de órgãos responsáveis pela supervisão/regulação, como o Banco Central, não pode ser desconsiderada. No entanto, serão necessários maiores esforços para comprová-la, sobretudo na direção de mostrar que em outros países existem pisos e tetos para as taxas de captação e empréstimos. C intra (2007) desenvolve um trabalho nessa linha. O autor mostra que os bancos na Índia e na China possuem tetos e pisos nas taxas de captação e nos empréstimos.

Considerações finais:

O presente trabalho constatou que a concorrência no setor bancário, após a entrada dos bancos estrangeiros varejistas no sistema financeiro nacional, está caminhando cada vez mais no sentido de uma diferenciação de produtos do que no sentido de uma disputa pelos preços. Isso se comprova pelas estratégias adotadas pelos bancos nos ciclos de crédito após o Plano Real e após 2003. Com isso, as características de um oligopólio diferenciado mostram-se cada vez mais presentes nesse setor e a tendência de aumento da concentração no setor contribuirá para que o padrão de concorrência vigente se enraíze ainda mais.

A respeito do padrão de atuação dos bancos estrangeiros varejistas que operam na economia brasileira o presente trabalho concluiu que ele é distinto do padrão verificado nos países de origem. Essa diferença reside, basicamente, não só nos prazos e taxas de juros dos empréstimos mas também nas receitas com a prestação de serviços, o que faz com que os bancos estrangeiros aqui situados sejam pouco funcionais ao desenvolvimento e crescimento econômico.

Além disso, concluímos que a referida diferença de padrão de atuação se deve a três fatores que agem conjuntamente. São eles a inconvertibilidade monetária, o componente “custo de oportunidade” do *spread* e a frouxa regulação/supervisão por parte do Banco Central e demais autoridades competentes. A inconvertibilidade monetária tem como consequência a incerteza sobre o comportamento das taxas de câmbio e de juros, o que faz com que a aversão ao risco dos bancos aumente. Diante disso, os bancos procuram aplicar em ativos que proporcionem maior rentabilidade e liquidez ao menor risco possível. Tendo em visto o fato de que os títulos públicos do governo brasileiro possuem tais características, os bancos utilizam a taxa de juros desses títulos como base para as demais operações, incluindo-se aí as operações de crédito. Por fim, a frouxa supervisão/regulação por parte do Banco Central e das demais autoridade competentes permite que as taxas cobradas para as operações de crédito se mantenham em níveis elevados.

Country	Argentina	Bolivia	Brazil	Chile	Colombia	Uruguay	Venezuela, RB
1. Entrada na atividade bancária							
Nos últimos cinco anos, quantas solicitações, por parte de entidades domésticas, de licenças para a atividade de bancos comerciais foram recebidas?	8	1	4	7	1	1	6
Quantas solicitações foram negadas?	4	0	0	1	0	0	1
Quantas solicitações foram aceitas?	4	1	4	5	1	1	5
Quantas solicitações foram postergadas?	0	0	0	1	0	0	0
Quais foram as razões primárias para a negação das solicitações?	Sim	Não se aplica	Não se aplica	Não	Não se aplica	Não se aplica	Não disponível
Quantidade ou qualidade do capital/Capital amount or quality?	Sim	Não se aplica	Não se aplica	Não	Não se aplica	Não se aplica	Não disponível
Expertise?	Sim	Não se aplica	Não se aplica	Não	Não se aplica	Não se aplica	Não disponível
Reputação?	Não	Não se aplica	Não se aplica	Não	Não se aplica	Não se aplica	Não disponível
Solicitações incompletas?	Sim	Não se aplica	Não se aplica	Sim	Não se aplica	Não se aplica	Sim
Outras razões	Não	Não se aplica	Não se aplica	O plano de negócios tinha fraquezas e os riscos não eram totalmente cobertos pelo capital	Não se aplica	Não se aplica	Economicamente inviável

Country	Argentina	Bolivia	Brazil	Chile	Colombia	Uruguay	Venezuela, RB
2. Atividades							
Quais são as condições em que os bancos podem adentrar nas atividades de seguros?							
1. Irrestrito; Grande parte dessas atividades pode ser conduzida diretamente nos bancos, 2. Permitido; Grande parte dessas atividades são oferecidas mas somente algumas podem ser conduzidas em subsidiárias ou outra parte de uma holding comum	Restrito	Permitido	Permitido	Proibido	Proibido	Restrito	Proibido
3. Requerimentos de auditoria externa							
E requerido pelos reguladores que as auditorias dos bancos sejam abertas ao público?	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não
Os supervisores recebem uma cópia do relatório de auditoria?	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim

Country	Argentina	Bolivia	Brazil	Chile	Colombia	Uruguay	Venezuela, RB
4. Supervisão							
Quantas fiscalizações foram feitas por banco nos últimos cinco anos?	130	5	2	5	10 visitas (em média duas por ano)	anualmente (em média)	Não disponível
Com que frequência as inspeções são conduzidas nos bancos de médio e grande porte?	Anualmente	Anualmente	A cada dois anos	Anualmente	Com menor frequência	Anualmente	Não disponível
Os indivíduos encarregados da supervisão respondem legalmente pelos danos causados aos bancos oriundos de suas ações ou omissões cometidas?	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não disponível

Referências bibliográficas:

- ARIDA, P.; BACHA, E. & LARA-RESENDE, A. *High interest rates in Brazil: conjectures on the jurisdictional uncertainty*. Rio de Janeiro: Casa das Garças, 2004.
- BANCO Central do Brasil. *Relatório de Estabilidade Financeira 2007*. Brasília, DF: Banco Central.
- BANCO Central do Brasil. *Relatório de Economia Bancária e Crédito 2007*. Brasília, DF: Banco Central.
- BANCO Central do Brasil. *Notas para a imprensa, Política Monetária e Operações de Crédito*, outubro de 2008. Brasília, DF: Banco Central.
- BANCO Central do Brasil. *Séries temporais*. Brasília, DF: Banco Central.
- BALARIN, Raquel. Maiores bancos brasileiros agora mostram força também no exterior, *Valor Econômico*, São Paulo, p. C1, 12 de fevereiro de 2003.
- BARROS, José Roberto Mendonça de; BAER, Mônica; SILVA, Tereza Maria Fernandez Dias da & CINTRA, Marcos Antonio Macedo. *O mercado de capitais brasileiro frente aos desafios imposto pelas negociações internacionais em serviços financeiros*. São Paulo: Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) e Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLIC), novembro de 2004. Disponível na página eletrônica - <http://www.bovespa.com.br>
- BELLUZZO, L. G. de M & CARNEIRO, R. O mito da conversibilidade. *Revista de Economia Política*, São Paulo: Editora 34, v. 24, n. 2, p. 218-222, abr./jun. 2004.
- CARDIM DE CARVALHO, Fernando J. Inovação financeira e regulação prudencial: da regulação de liquidez aos Acordos da Basiléia, In: SOBRERA, Rogério (Org.) *Regulação financeira e bancária*. São Paulo: Editora Atlas, p. 121-139.
- CARDIM DE CARVALHO, Fernando J. Estrutura e Padrões de Competição no Sistema Bancário Brasileiro: uma Hipótese para Investigação e Alguma Evidência Preliminar, in: PAULA, Luiz Fernando de & OREIRO, José Luís (Orgs.) *Sistema Financeiro: Uma análise do setor bancário brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2007.

- CARDIM DE CARVALHO, Fernando J. O sistema financeiro brasileiro: a modernização necessária. In: SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando R. de; MICHEL, Renaut. *Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social*. Barueri: Manole; Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005. p. 329-346.
- CARNEIRO, Ricardo de Medeiros. Globalização e inconvertibilidade monetária. Campinas: IE/Unicamp, Texto para discussão 120, abril de 2006.
- CARVALHO, Carlos E. & OLIVEIRA, Giuliano C. Fragilização de grandes bancos no início do Plano Real. Belo Horizonte: *Nova Economia*, 12 (1), p. 68-84, 2002.
- CARVALHO, Carlos Eduardo & OLIVEIRA, Giuliano Contento de. Os juros são altos. Já o crédito..., *Revista Reportagem*, São Paulo, v. 4 n.46, 2003.
- CARVALHO, Maria Christina. Parcerias com varejo ganham espaço e as compras escasseiam, *Valor Econômico*, São Paulo, p.C1, 27 de dezembro de 2005
- CARVALHO, Maria Christina. Bancos e municípios exploram novo filão, *Valor Econômico*, São Paulo, 10 de outubro de 2005
- CINTRA, Marcos Antonio Macedo. *As transformações no sistema financeiro brasileiro entre 1995 e 2006*. Campinas: Ceri/IE/Unicamp, 2006 (mimeo).
- CINTRA, Marcos Antonio M. Caracterização dos Fundos, Delimitação Conceitual, Experiências Internacionais e Enfoques Teóricos. Relatório I do Projeto de pesquisa – *O Brasil na era da globalização: condicionantes domésticos e internacionais ao desenvolvimento* – Subprojeto IX. Crédito direcionado e desenvolvimento econômico no Brasil: o papel dos fundos públicos. Campinas: Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica/IE/Unicamp e Rio de Janeiro: BNDES, julho de 2007 (mimeo).
- COUTINHO, Leandro de M. & NASCIMENTO, Marcelo M. *Crédito habitacional acelera o investimento residencial no país*. Rio de Janeiro: BNDES (Visão do Desenvolvimento, no. 18) 6 de novembro de 2006.
- COSTA, Fernando Nogueira da. *Bancos e Crédito no Brasil: 1945-2007*. Campinas: IE/Unicamp, 2007 (mimeo).
- FARIA, João Adelino de; PAULA, Luiza Fernando de; MARINHO, Alexandre. Eficiência no Setor Bancário Brasileiro: a Experiência Recente das Fusões e Aquisições, in: PAULA, Luiz Fernando de & OREIRO, José Luís (Orgs.)

- Sistema Financeiro: Uma análise do setor bancário brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2007.
- FEBRABAN. Pesquisa *O setor bancário em números*. São Paulo, Federação Brasileira dos Bancos. Disponível em <http://www.febraban.org.br>
- FREITAS, Maria Cristina Penido de. Política financeira, fragilidade e reestruturação bancária. In: CARNEIRO, Ricardo et al. *Gestão estatal no Brasil: armadilhas da estabilização 1995-1998*. São Paulo: Fundap, 2000. p. 237-295.
- FREITAS, Maria Cristina Penido de. A Natureza Particular da Concorrência Bancária e seus Efeitos sobre a Instabilidade Financeira. *Revista Economia e Sociedade*, no. 8, Campinas, IE/Unicamp, 1997.
- FREITAS, Maria Cristina Penido de. Transformações institucionais do Sistema Bancário Brasileiro. Relatório I do Projeto de pesquisa: *O Brasil na era da globalização: condicionantes domésticos e internacionais ao desenvolvimento*. Subprojeto VIII. Crédito Bancário no Brasil: evolução e transformações institucionais. Campinas: Cecon/IE/Unicamp e Rio de Janeiro: BNDES, 2007 (mimeo).
- JACOB, Claudio. A. *Crédito bancário no Brasil: uma interpretação heterodoxa*. Campinas: IE/Unicamp, (Dissertação de Doutorado), dezembro de 2003.
- KEYNES, John Maynard. *A treatise on money: the pure theory of money*. In: ROYAL ECONOMIC SOCIETY. *The collected writings of John Maynard Keynes*. New York: Cambridge University Press, 1971. v. V. p. 3-43, 217-230. Primeira edição em inglês, 1930.
- LEAL, Rodrigo Mendes. *Estrutura e determinantes do spread bancário no Brasil: uma resenha comparativa da literatura empírica*. Rio de Janeiro: UERJ (Dissertação de Mestrado), 2006.
- MATTOS, Adriana. Bancos agora almejam varejo regional, Folha de S. Paulo, São Paulo, p.B4, 12 de junho de 2006.
- MELO, João Henrique de. *Internacionalização dos bancos de varejo no Brasil: implicações ao debate sobre crédito e spreads bancários (2001-2006)*. Campinas: IE/Unicamp, Projeto de Monografia, dezembro de 2007.
- OLIVEIRA, Giuliano Contento de. *O componente "custo de oportunidade" do spread bancário no Brasil: uma abordagem pós-keynesiana*. São Paulo: PUC-SP (Dissertação de Mestrado), 2004.

- PAULA, Luiz Fernando & Oreiro, José Luís. *Sistema financeiro: uma análise do setor bancário brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2007.
- REIS & VALADARES. *Reforma do sistema financeiro no Brasil: implementação recente e perspectivas*. Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), março de 2004.
- SANT'ANNA, André Albuquerque. *Crédito do BNDES avança 6% a.a., mas mercado cresce mais rápido*. Rio de Janeiro: BNDES (Visão do Desenvolvimento, no. 46) 5 de maio de 2008.
- VIDOTTO, Carlos Augusto. *O PROER no centro da reestruturação bancária brasileira dos anos noventa*. Rio de Janeiro: FE/UFF (Texto para discussão, 172) maio de 2005.
- VIDOTTO, Carlos Augusto. *O Sistema Financeiro Brasileiro nos anos noventa. Um balanço das mudanças estruturais*. Campinas: IE/Unicamp (Tese de Doutorado) 2002.
- WORLD BANK. *Banking Regulation Survey (updated June 2008)*. Disponível em http://econ.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/EXTDEC/EXTRESEARCH/0,,contentMDK:20345037~pagePK:64214825~piPK:64214943~theSitePK:469382,00.html#Survey_III.